

Mátria

A emancipação da mulher

ISSN 1660-8984



Ano 6
Vol. 1 Nº 8
Edição 2008

VIOLÊNCIA

Lei Maria da Penha enfrenta desafios para ser cumprida

PÁG. 2

ISLÃ

A mulher do Islã por Ana Paula Padrão

PÁG. 5

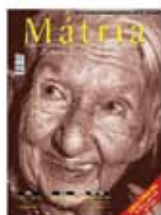
AIDS

Doença avança entre as mulheres

PÁG. 34

CORA CORALINA
Das lutas às letras a partir dos 77 anos

PÁG. 24




Capa: Cora Coralina
Foto: Arquivo da família

EDITORIAL

- 1  Mulheres desafiam preconceitos

Diretoria Executiva da CNTE


ARTIGOS

- 4  Sem efetividade, Lei da Paternidade completou quinze anos

Por: Ana Liési Thurler

- 20  Situação das Mulheres na América Latina


Por: Maria Loreto Muñoz Villa

- 23  Batucadas feministas da Marcha Mundial das Mulheres

Por: Nalu Faria

- 31  Reivindicando maior protagonismo

Por: Juçara Dutra Vieira

- 45  Lugar de mulher também, é na política

Por: Odisséia Pinto de Carvalho

Projeto gráfico, redação e edição:

Frisson Comunicação

SRTVS - Q. 701 - Conj. L - No. 38 - Bloco 1 - Salas 622 e 624
Ed. Assis Chateaubriand - Brasília-DF - CEP: 70340-906
Fone: (61) 3964-8104 - www.frisson.com.br - atendimento@frisson.com.br

Jornalista Responsável: Katia Maia - Mtb: DF 1708 JP

Editora: Daise Lisboa

Reportagem: Ana Paula Domingues, Kátia Maia

Fotografia: Katia Maia, Antonio Marques, Leopoldo Silva, Arquivo Matria.

Editoração Eletrônica: Noel Fernández Martínez.

Colaboradores: João dos Santos e Silva (RS), Nataly Queiroz (PE), José Natal.

Revisão: Maria Neves.

Direção Executiva: Ana Paula Messeder.

Impressão: Gráfica e Editora Brasil

Esta edição foi fechada em Brasília no dia 11 de fevereiro de 2008.

Confira também a versão eletrônica no site:

www.cnte.org.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

REPORTAGENS

- LEI MARIA DA PENHA 2  Mulheres mais amparadas

- ISLÃ 5  Universo feminino a toda prova

- CONFERÊNCIA DE MULHERES 9  Encontro para reflexões e decisões

- BULLYING 11  Bullying: uma brincadeira de mau gosto

- ORIENTAÇÃO SEXUAL 14  Ser ou não ser

- TERCEIRA IDADE 17  Viver mais e melhor


- GRAVIDEZ AOS 40 21  Maternidade rima com maturidade

- CORA CORALINA 24  Uma vida semeada por palavras

- APOSENTADOS 30  Retrato em Branco e Preto

- ABORTO 32  A polêmica persiste

- AIDS 34  Mulheres na mira do vírus

- PISO SALARIAL 36  Valorização dos educadores só virá com piso nacional

- QUILOMBOLAS 40  No canto do Brasil

- PERFIL 43  Sobrevivência que vem do lixo

- HOMENAGEM 46  A luta continua

Mulheres desafiam preconceitos

Falar da mulher não envolve apenas uma pessoa, mas o universo da família e o bem-estar comum da sociedade. Da primeira à última página desta edição, a revista *Mátria* revela a mulher em diversos setores, sem distinção de cor, religião ou nível social. Elas são meigas, proativas, delicadas, bravas, generosas, submissas e independentes, entre tantas outras definições, o que possibilita inúmeras formas de amar e ser amada, como ela é, com menos restrições que antes.

Com esse novo perfil, podemos traçar o avanço da mulher em diferentes fases de sua vida, deixando claro que é possível ser feliz, independente do meio em que vive. Como ser humano, mostra a fragilidade diante da submissão, como é o caso da mulher islâmica, e, de outro, ela pode ser guerreira e agir com sabedoria e precaução para defender os seus interesses e os daqueles que dela dependem. Falar sobre o feminino, hoje em dia, é debruçar-se sobre um campo que abrange questões contemporâneas, como a independência da mulher desde a infância, período em que ela começa a desvincular-se de antigos preconceitos, passando pela vida adulta, depois pela fase madura até chegar à terceira idade.

Décadas de transformações sociais, históricas e econômicas possibilitaram à mulher ocupar novos lugares na cena social, ter acesso ao mercado de trabalho, apropriar-se de seu corpo e de sua sexualidade, aproximando-a de seu desejo. Contudo, essas mesmas transformações que caracterizam a vida contemporânea produzem novas formas de subjetividade e sofrimento psíquico, quando elas mesmas não aceitam seu querer.

Essa voz da mulher que não se cala quer igualdade de direitos com os homens, não na força, mas no intelecto, traduzidas em novos comportamentos que incluem a decisão de curtir a vida até quando der e só aos 40 anos decide pela maternidade, a esconder ou não sua orientação sexual – apesar da discriminação pelas lésbicas, as atividades das mulheres após os 70 anos – o que garante a longevidade com qualidade de vida, optar por ter ou não ter o filho – podendo utilizar-se do aborto para isso, ter o direito de registrar o filho sem ser casada – seja lá qual for a condição do pai, assim como colocar em prática a Lei Maria da Penha e os cuidados para evitar a Aids que, na maioria das vezes, é transmitida por parceiros fixos.

Mas, uma das grandes lições femininas está na vida e obra da escritora goiana, Cora Coralina, exemplo de fé, coragem e talento, não só na arte de escrever, como na arte de fazer doces. Quem não conhece vai amar, e quem já conhece sua história vai deleitar-se com versos da mulher que o mundo conheceu aos 77 anos.

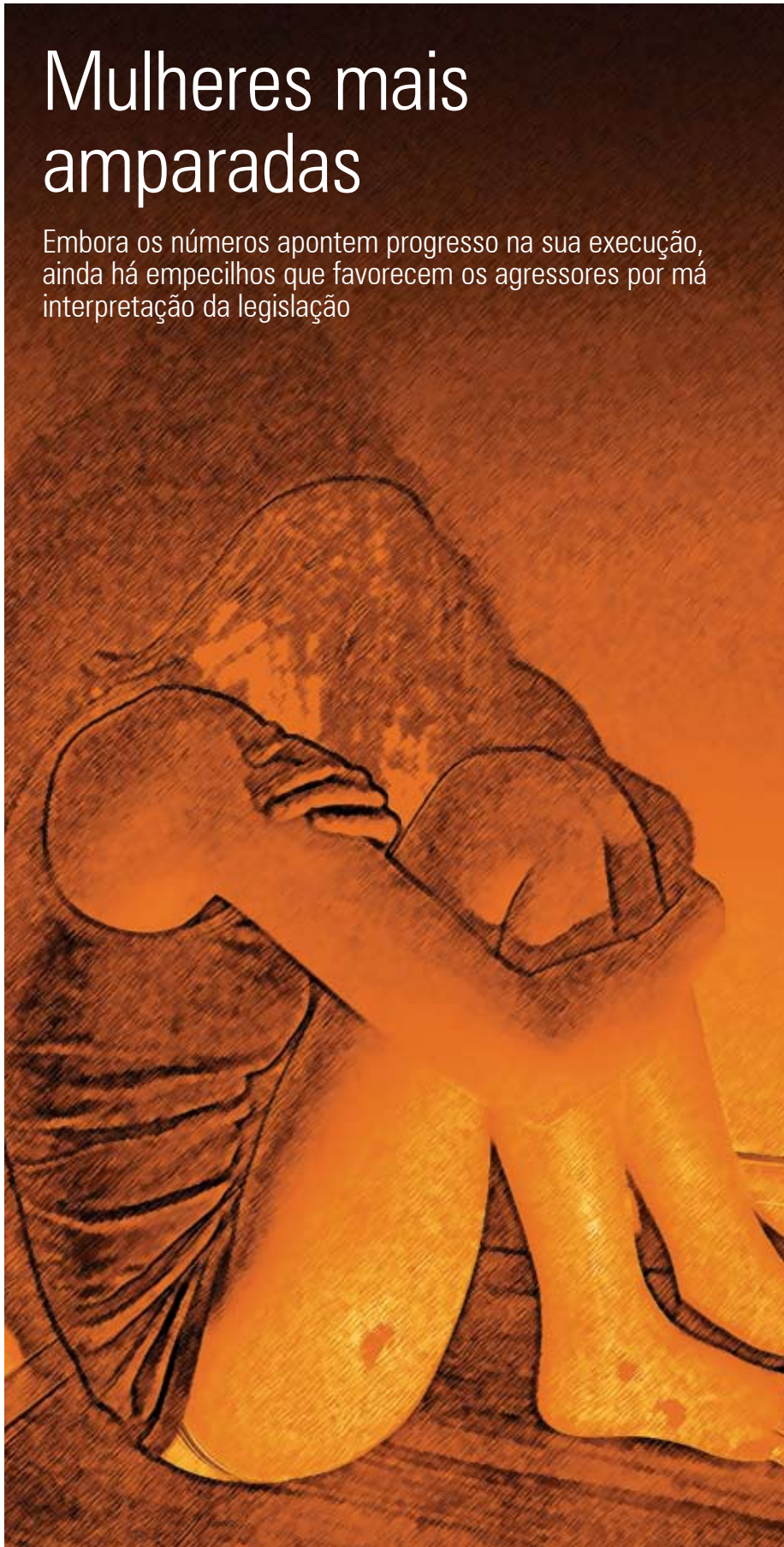
Portanto, o contexto da sexta edição da *Mátria* mostra que nunca é tarde para começar ou recomeçar a vida, e que ser mulher é um privilégio.

Boa leitura!

Direção Executiva da CNTE

Mulheres mais amparadas

Embora os números apontem progresso na sua execução, ainda há empecilhos que favorecem os agressores por má interpretação da legislação



Ao completar um ano da promulgação da Lei Maria da Penha, os números falam por si sobre sua eficácia. Na opinião da ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, a lei é vitoriosa porque, num país onde as leis podem pegar ou não, essa, no entendimento da ministra “pegou”. Embora ainda haja uma longa estrada pela frente.

Nesse primeiro ano, mais de 10 mil processos foram instaurados. Em 50% deles, foram aplicadas medidas para impedir que o agressor chegue perto da vítima. Um levantamento feito pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) junto aos Tribunais de Justiça de todo o País, revelou os números de inquéritos e prisões em flagrante ocorridas na região Centro-Oeste, por exemplo, que resultou em 3.501 processos criminais, enquanto no Sudeste, 2.994. Quanto às medidas protetivas de urgência, no Centro-Oeste, foram registradas 1.723, enquanto 1.632 na região Sul e 1.207 no Sudeste. Quanto às prisões em flagrante, foram 256 na Sul, contra 86 na região Sudeste.

Até agora, apenas 15 dos 27 estados brasileiros criaram Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que têm competência civil e criminal para processar, julgar e executar as causas decorrentes da prática de violência contra a mulher. O Ceará, por exemplo, está entre os que distribuem esse tipo de processo para varas criminais comuns, e o resultado, muitas vezes, é o atraso na punição ao agressor.

A ministra ressaltou em um

artigo que “é no mínimo prematuro afirmar que diminuiu ou aumentou a incidência dos fenômenos, como também é impossível determinar as razões pelas quais em algumas cidades aumentou ou diminuiu o número de ocorrências/denúncias”.

Para a deputada federal Janete Rocha Pietá (PT – SP) é fundamental que as autoridades executivas, judiciárias e legislativas atentem para a criação dos referidos Juizados Especializados como instrumento de plena aplicação da Lei Maria da Penha. “Não temos só que fazer a lei, mas também exigir a sua aplicação”, declarou.

Em alguns estados, como São Paulo, o número de denúncias de agressão diminuiu. Foram criados 47 juizados especializados em

violência contra a mulher. A maioria dos casos saiu do juizado especial, que punia com cestas básicas, para as varas criminais, onde os juizes avaliam esses processos como se fossem casos menores.

Um exemplo que chocou o País, em outubro do ano passado, foi o de um representante legítimo do Poder Judiciário, o juiz de Sete Lagoas (MG), Edilson Rumbelsperger Rodrigues, que declarou em sentença o seu descaso e preconceito em relação às mulheres. “Ora, a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem (...) O mundo é masculino! A idéia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!”, disse. *(veja box)*

Os críticos à lei, como a desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Maria Berenice Dias, que também é vice-presidente nacional do Instituto Brasileiro do Direito de Família (Ibdfam), já declararam que a Lei Maria da Penha assegura proteção à vítima, mas não prende o agressor, que só vai para a cadeia se descumprir as determinações judiciais.

De acordo com a desembargadora, a única forma de dar efetividade à lei é criando a Vara de Violência Doméstica – para resolver o descaso das varas criminais. Medida que, embora prevista na lei, não tem prazo para ser instalada.

Triste realidade

Em outubro de 2007, o juiz de Sete Lagoas (MG) Edilson Rumbelsperger Rodrigues considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha e rejeitou pedidos de medidas contra homens que agrediram e ameaçaram suas companheiras. A lei é considerada um marco na defesa da mulher contra a violência doméstica, e o juiz chegou a sugerir que o controle sobre a violência contra a mulher tornará o homem um tolo.

“Para não se ver eventualmente envolvido nas armadilhas dessa lei absurda, o homem terá de manter-se tolo, mole, no sentido de ver-se na contingência de ter de ceder facilmente às pressões”, declarou.

Rodrigues classificou a lei de um “conjunto de regras diabólicas, um monstrogo tinoso”, e completou: “A família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada”. A “mulher moderna, dita independente, que nem de pai para seus filhos precisa mais, a não ser dos espermatozoides”.

E assim age o juiz todas as vezes que lhe caíam às mãos pedidos de autorização para adoção de medidas de proteção contra mulheres sob risco de violência por parte do marido, usando sempre uma sentença-padrão, repetindo praticamente os mesmos argumentos. Rodrigues responde pela comarca, que abrange oito municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, com cerca de 250 mil habitantes.

Acionado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Conselho

Nacional de Justiça abriu processo administrativo contra Edilson Rodrigues, mesmo não sendo de sua competência julgar a atividade dos juizes. Seguindo por unanimidade a decisão do corregedor-geral de justiça e ministro do Superior Tribunal de Justiça, Cesar Asfor Rocha, o CNJ entendeu que é necessário examinar de forma mais aprofundada as decisões do juiz.

Serviço: A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres colocou à disposição o **telefone 180** para denunciar a violência doméstica e orientar o atendimento

Sem efetividade, Lei da Paternidade completa quinze anos

Ana Liési Thurler |

Doutora em sociologia, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília



O Estado brasileiro, ineditamente, passou a admitir a igualdade de direitos entre todos os filhos concebidos e nascidos no casamento ou fora dele, em relações estáveis ou em relações eventuais com a Constituição de 1988. O § 6º do art. 227, que trata da questão foi regulamentado em 29 de dezembro de 1992, por meio da Lei nº 8.560, conhecida como *Lei da Paternidade* (ou *Lei Nelson Carneiro*).

Passados 15 anos de sua aprovação, cabem algumas interrogações: o direito ao reconhecimento paterno assegurado na lei está garantido na vida? A Lei da Paternidade tem efetividade?

No Brasil, entre 2000 e 2006, foram lavrados 25.120.252 registros civis de nascimento, conforme dados do IBGE. Pesquisas permitem-nos adotar uma estimativa de 25% de não-reconhecimento paterno, o que representaria 6,2 milhões de crianças uma média anual, nesse período, de 885 mil crianças sem reconhecimento paterno. Mesmo se, mais otimistas, admitirmos uma estimativa de 20% de não-reconhecimento paterno, os números continuam altos: cinco milhões de crianças somente com a filiação materna estabelecida em seus registros, no século XXI, significando uma média anual de 714 mil crianças.

Pesquisa em 199 escolas do Piauí, em 40 pontos do estado, realizada na primeira etapa da implementação do projeto *Paternidade e Cidadania nas Escolas* uma parceria CNTE/UnB indicou que, no universo encontrado de 5.990 estudantes do ensino fundamental sem reconhecimento paterno frequentando a rede pública em 2006, 66,4% nasceram *depois* da aprovação da lei.

“A precária efetividade da Lei da Paternidade coloca o imperativo da inversão do ônus da prova da paternidade”

No Distrito Federal, em 2000, no universo de crianças sem reconhecimento paterno em oito escolas públicas de Brazlândia, 27,8% nasceram *após* a aprovação da *Lei da Paternidade* e, em 2002, nesse mesmo grupo de escolas, a incidência foi 46,1%, portanto, um incremento de 65,8%. Os números apontam para uma resistência a mudanças de padrões de comportamento relativos à paternidade e à filiação, questionando a efetividade da lei e a necessidade de avaliá-la.

O Estado brasileiro reconhece o direito à igualdade de tratamento entre todas as crianças, mas tem tido dificuldades em garantir na vida esse direito. Democracia requer universalização de direitos e o caminho inclui atribuição de valor à palavra da mulher, questão situada no âmbito dos Direitos Humanos das Mulheres, implicando eliminar o *princípio da mentira presumida*, que sempre vigorou na lei e na jurisprudência, e conferir às mães brasileiras o direito de declarar o pai de suas crianças. A adoção da *presunção de verdade da palavra da mulher* coloca o imperativo da inversão do ônus da prova da paternidade, medida que já vigora na América Latina: no Peru, foi aprovada lei nesse sentido, em 8 de janeiro de 2005.

A precária efetividade da Lei da Paternidade coloca o imperativo da inversão do ônus da prova da paternidade para universalizarmos uma igualdade real de direitos entre nossas crianças. A igualdade como princípio está consagrada, mas a universalização da igualdade na vida, entre todos esses atores sociais, ainda está por ser construída. Permanece o desafio de reduzir a deserção da paternidade, superar desigualdades na parentalidade e universalizar o direito à igualdade entre todas as filhas e filhos.

Universo feminino a toda prova

Por: Ana Paula Domingues

As mulheres islâmicas tiveram direito ao voto, ao divórcio e à herança muito antes do que as ocidentais, mas ainda vivem sob o rigor das leis islâmicas. A jornalista Ana Paula Padrão conviveu com elas e conta sua experiência



Foto: BoiPhoto/Kent, OH, USA.

Algumas mulheres islâmicas têm uma vida de castração e subserviência

No dia 12 de setembro de 2007, o jornal *Folha de São Paulo* publicava a notícia de que um grupo palestino defendia a morte de Madonna e Britney Spears. “Essas cantoras são imorais, disseminam a corrupção e, portanto, merecem morrer”, disse o porta-voz dos Comitês de Resistência Popular, Mohammed Abed-Al (Abu Abir).

A afirmação confirma as declarações do recém-publicado

“Schmoozing With Terrorists” (*Papeando com Terroristas*, em tradução literal), livro escrito pelo jornalista Aaron Klein. No texto, ele especula sobre uma eventual queda dos Estados Unidos diante da Al-Qaeda e pergunta aos milicianos palestinos qual seria o destino de artistas como Madonna e Britney Spears.

A notícia foi para a mídia, citando as frases do porta-voz: “Se conhecer essas prostitutas, terei a honra – repito, terei a honra – de ser

o primeiro a cortar as cabeças de Madonna e Britney Spears, se elas continuarem a disseminar a sua cultura satânica contra o Islã (...). Se essas duas prostitutas continuarem a fazer o que estão fazendo, claro que vamos puni-las”, alertava o porta-voz. Para grande parte das mulheres do mundo, Madonna representa um ideal feminista. É uma mulher que começou sua carreira e perseverou numa época em que o mundo era considerado “dos homens”.



Deserto do Afeganistão, em julho de 2000, com uma criança que nunca havia visto uma mulher sem burca

A jornalista Ana Paula Padrão confirma a teoria, por ter conhecido essa realidade de perto, só que no Brasil. “Foi nos anos 1980 que se deu a maciça entrada do ‘sexo frágil’ no mercado de trabalho em nosso país, o que já havia acontecido um pouco antes no Primeiro Mundo. Fui uma dessas mulheres. Durante muitos anos, por falta de modelos femininos para copiar, só tínhamos referências masculinas no mercado. Se nos anos 1950 os papéis eram bem definidos, nos 1980 as mulheres começaram a entrar no universo que era masculino e os homens ficaram mais ou menos no mesmo lugar”, compara a jornalista.

Por essa ousadia, é emblemático que grupos islâmicos tenham Madonna como alvo. A vida (ou sobrevivência?) das mulheres nesses países não poderia ser mais distinta do ideal libertário e expressivo que a cantora americana promove, o que seria, em si, uma ameaça aos regimes totalitários

aos quais são submetidas. Milhares de mulheres ocidentais que trabalham, têm filhos e administram carreira, casamento, vida social e familiar, sentem uma espécie de revolta e indignação com a situação feminina nos diversos países de religião islâmica. O que fazer com esse sentimento? Relativizá-lo é o mais difícil, mas, talvez, o mais correto, como diz Ana Paula Padrão.

Respeito à cultura

“Uma coisa que aprendi viajando, não só nos países islâmicos abertos, mas nos islâmicos fechados, nos pobres ou ricos, é que se você levar a sua expectativa e o seu modo de ver o mundo, você nunca vai entender as pessoas que encontrar. Se você acha que o certo para o planeta é que uma mulher seja independente, possa usar a roupa que escolher, do jeito que escolher, que trabalhe fora e estude, você vai achar que todos os lugares que não são assim estão errados e só você

está certa. Há coisas culturais de determinadas regiões que têm que ser respeitadas como culturais. Se isso é uma agressão àquele povo, obviamente tem que ser resolvido. Se vai ser resolvido por uma força externa ou pelo próprio povo, é uma questão que a história vai dizer. Percebi isso logo e nunca tentei impor os meus valores. É óbvio que sou contra a castração feminina. É claro que sou contra teocracias que proíbem mulheres de estudar, de trabalhar, mas se vou para uma vila no interior do Afeganistão, onde mulheres nasceram, filhas de mães que usavam burcas, eu não posso chegar para aquela senhora de 80 anos e dizer: ‘isso não está certo’. A senhora tem de tirar essa burca e discutir com o seu marido a relação. Ela se sente protegida pela burca, gosta, é o jeito de ela ser feliz. A ignorância limita? Limita, mas não deve ser uma viajante que vai para lá dizer o que é errado.”

Já é sabido que algumas mu-

lheres islâmicas têm uma vida de castração e de subserviência. Porém, é importante enfatizar um ponto que nem sempre é mencionado: as condições das mulheres não são as mesmas em todos os países. Há alguns, como o Egito, onde há regulamentos mais flexíveis, e outros, como a Arábia Saudita, em que as leis são mais extremas. O *Alcorão*, livro sagrado dos muçulmanos, é bem claro quando diz que a mulher tem direitos sobre o marido e o marido sobre a mulher. O Islã foi uma religião que inovou nos direitos da mulher em coisas que a Europa só conseguiu tempos depois. A mulher no Ocidente não votava. A muçulmana tem esse direito desde o surgimento do Islã. A mulher tem direito ao divórcio e à herança, o que aconteceu bem mais tarde na Europa.

As idas de Ana Paula Padrão a vários países de cultura islâmica vêm confirmar essas diferenças. “Não dá para generalizar. Da mes-

ma maneira que não se pode dizer ‘a mulher cristã’, não se pode dizer ‘a mulher islâmica’. Cada mulher é uma mulher, cada país é um país, e cada cultura é uma cultura. Uma coisa é a mulher islâmica afegã, outra, inteiramente diferente, é a islâmica iraniana ou a do Paquistão. Da mesma forma, mulher cristã não é tudo igual, seja na América Latina, na Europa ou nos Estados Unidos. Há países islâmicos em que a mulher não precisa se cobrir inteira. Em outros, só precisa cobrir a cabeça em sinal de respeito, assim como tem alguns que nem é obrigada. Só se tiver que entrar em algum lugar mais formal.”

Segundo a pesquisadora Leila Ahmed, especialista em estudos da mulher e do Oriente Próximo, da Universidade de Massachusetts, nos Estados Unidos, o rigor das leis em relação às mulheres não está nas bases da religião islâmica, e, sim, em grande parte, nas inter-

pretações radicais feitas sobre ela. O trabalho de Leila já teve ampla repercussão na imprensa brasileira de grande circulação. O *Corão* contém passagens que mostram que, para Alá, homens e mulheres são iguais. Como aconteceu, então, essa variação das leis divinas? As interpretações foram supostamente sendo desviadas, mal traduzidas e alteradas através dos anos, até chegarem à forma em que estão hoje.

A jornalista ressalta que, no atual momento, não viajaria para a região. “Andar na rua e conversar com as pessoas é um risco muito grande e eu tenho coisas para perder” confessa.

Precursora

A violência a que Ana Paula se refere é a mesma que fez mais uma vítima em dezembro de 2007: a ex-Primeira-Ministra do Paquistão Benazir Bhutto foi morta aos 54 anos, durante um atentado suicida em Rawalpindi, cidade próxima à Islamabad. Benazir foi a primeira mulher na história moderna a chefiar o governo de um país muçulmano. Ela governou o Paquistão por duas vezes, de 1988 a 1990 e de 1993 a 1996.

Observadores afirmam que o regime militar a via como uma aliada natural nos seus esforços para isolar as forças religiosas e os seus militantes radicais. Nos meses que antecederam a sua morte Benazir emergiu como uma forte opositora do governo. Alguns acreditam que suas conversas secretas com o regime militar eram uma traição às forças democráticas porque essas negociações reforçaram o poder do presidente Musharraf. Outros enca-



Benazir Bhutto foi a primeira mulher na história moderna a chefiar o governo de um país muçulmano

ravam essas conversas como indicativas de que os militares já não a viam com desconfiança vindo-a como algo bom para a democracia. Os países ocidentais viam-na como uma líder popular.

Diante do quadro de revolta dos que testemunham a violência contra aqueles que lutam pelos direitos humanos, Ana Paula Padrão oferece sua experiência como resposta. “A sociedade tem a sua mecânica, seu tempo, seu ciclo. É assim em qualquer lugar, independente da cultura. Apanhei muito para aprender isso. Hoje sei que as coisas têm um tempo, que eu tenho de esperar e ter paciência”.

Essência feminina

Todos os conflitos, histórias e experiências vividas pela jornalista Ana Paula Padrão em suas viagens pelo mundo, levaram-na a diversos sentimentos. Às vezes, revolta, outras vezes pena e tantas outras in-

cômodo. Mas, uma percepção sobre as mulheres que conheceu, talvez, seja a mais especial e forte de todas as emoções.

“Independente de onde elas vivam, as mulheres são muito parecidas na essência, mais do que os homens ao redor do mundo, porque esses são mais influenciados pela cultura e pelo momento da história que estão vivendo. Mulheres muito parecidas no mundo inteiro, sejam islâmicas, cristãs, pobres ou ricas, ocidentais ou orientais têm necessidades muito semelhantes. Elas são sempre o elo da família. A família está sempre ligada, de alguma maneira, pela ação da mulher; mesmo nos lugares onde o homem pode está casado com várias mulheres; onde as mulheres podem casar com vários homens; onde elas são pagãs e acreditam nos deuses da natureza; onde reverenciam Alá.

Mulheres sempre são o elo

da família. O importante na vida de uma mulher é gerenciar outras vidas e preservar muito as que estão em torno dela. Ela está sempre juntando coisas, fazendo grupos, aproximando pessoas, e isso é muito importante para ela. Se você pensar nas grandes mudanças sociais que aconteceram no mundo, as mulheres foram protagonistas de várias. Em geral, mais corajosas, mais preparadas, mais ousadas, as mobilizadoras de um movimento social que acaba mudando alguma coisa.

Se você pegar a mulher brasileira dos anos 1950; a brasileira dos anos 2000; a mulher africana, de Uganda ou a do Egito; elas, em momentos diferentes, essencialmente, são as mesmas pessoas preocupadas em preservar, em gerar a vida e preservá-la, em manter o grupo coeso, em produzir coisas em benefício do outro, da comunidade”, complementa.



No deserto do Afeganistão mulher posa ao lado do comandante de uma tropa Talibã

Encontro para reflexões e decisões

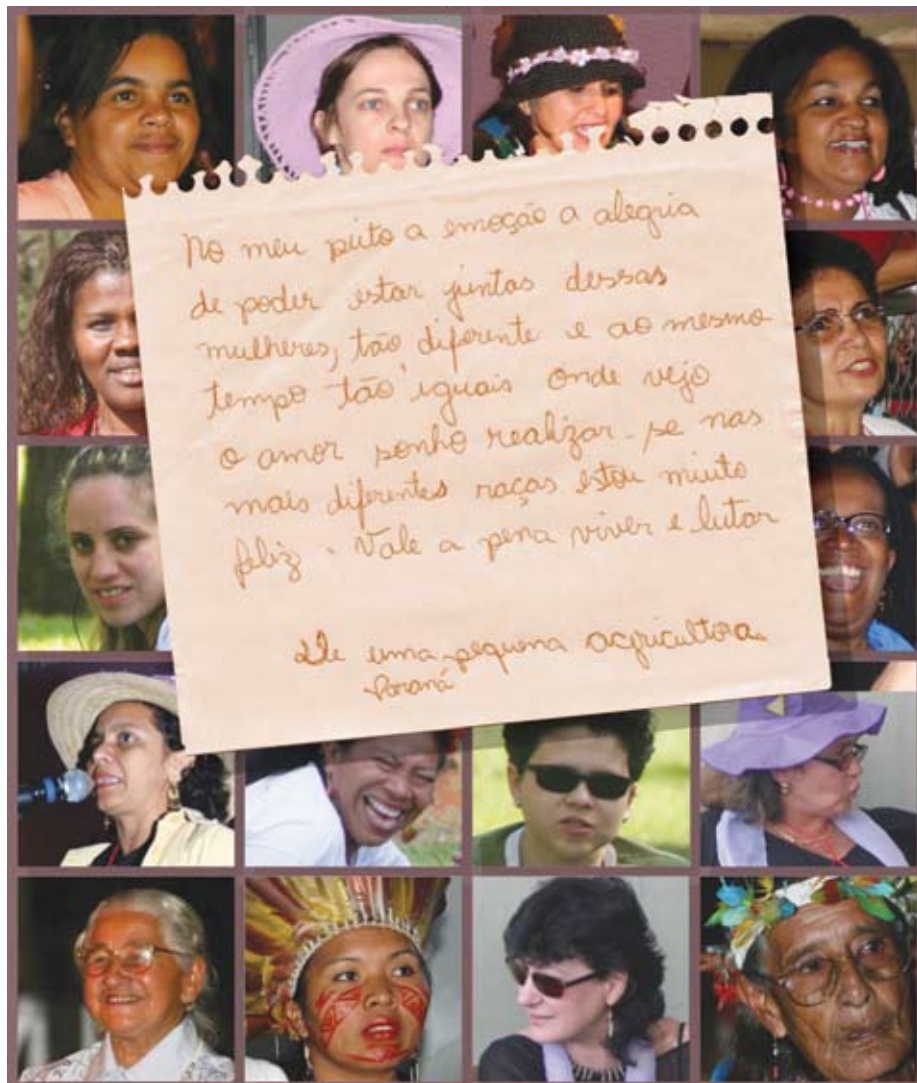
Mulheres de todo o Brasil lutam por seus direitos e buscam deveres da sociedade para diminuir a discriminação em todas as esferas

Muita discussão, constatação e a promessa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de mais de R\$ 1 bilhão para investimento no Programa de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em Brasília, de 17 e a 20 de agosto de 2007, foi um momento de reflexão e debate sobre a situação da mulher no País, mostrando avanços, conquistas e os deveres que os Poderes e a sociedade ainda têm em relação à situação da mulher no Brasil.

“Consideramos que a II Conferência possibilitou uma visão crítica da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, mostrando, por exemplo, que o envolvimento dos estados e municípios em sua implementação foi muito aquém do desejado”, lamentou a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire.

O encontro reuniu mais de três mil mulheres, entre delegadas e convidadas. De acordo com a ministra, foi uma oportunidade de perceber, por meio dos debates, a necessidade que há de aprofundar no Brasil a discussão sobre temas como comunicação e mídia, além de dar mais visibilidade a outros, como a dupla discriminação que sofrem as mulheres negras.

Em contrapartida, segundo ela, a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM)



reafirmou os compromissos já assumidos pelo Governo Lula em seu primeiro mandato e incluiu no debate novos temas como a subrepresentação feminina nos espaços de poder “que tanto empobrece a nossa democracia e perpetua a desigualdade”. “Para nós, ficou muito claro que a paridade é uma meta a alcançar e uma forte reivindicação das mulheres brasileiras. Portanto,

um desafio temos pela frente: garantir igualdade de participação de mulheres e homens nos espaços de poder”, pondera.

Temas como meio ambiente, racismo, lesbofobia, comunicação e aborto foram intensamente debatidos e ganharam mais destaque na agenda para os próximos anos. A II CNPM incorporou seis novos eixos ao plano e, segundo Nilcéa Freire:

“A II Conferência serviu para reafirmar proposições já definidas na I Conferência, como a de legalização do aborto”.

As conferências têm se revelado um dos principais instrumentos de consulta à sociedade nas mais diferentes áreas. Com relação às Políticas para as Mulheres, não é diferente. Na I Conferência estabele-

leceram-se os princípios e diretrizes que deveriam orientar a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e “Na II Conferência já pudemos avaliar o Plano e seu processo de implementação. Isto possibilita o permanente aperfeiçoamento das políticas a partir da visão de seus próprios beneficiários e gestores nas três esferas adminis-

trativas, municipal, estadual e federal”, explicou.

A previsão é de que a próxima Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres seja realizada em 2011, em Brasília, mas, antes, há o lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres no dia 8 de março de 2008, celebrando o Dia Internacional da Mulher.

DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

Foto: Arquivo Mátia



Nilcéa: Governo toma providências

Apesar de toda discussão e avanços percebidos no Brasil no que se refere aos direitos da mulher, da criança, do adolescente, o País assistiu chocado, em 2007, ao caso da menina L., de 15 anos, colocada numa cela com 26 homens por mais de um mês, na cidade de Abaetetuba, no Pará. Na prisão, a menina sofreu abuso sexual e era obrigada a manter relações sexuais com os presos em troca de comida.

O caso ganhou repercussão nacional e veio à tona porque um

dos presos, que obteve a liberdade, denunciou a atrocidade. Na ocasião, os posicionamentos de autoridades locais chocaram mais ainda quem acompanhava o caso. O delegado-geral do Pará, Raimundo Benassuly, chegou a dizer que a menina tinha problemas mentais por não ter avisado que era menor de 18 anos. A jovem, no entanto, afirmou ter nascido em dezembro de 1991 e, portanto, ter 15 anos. Nos depoimentos, ela deu mais detalhes da prisão e das relações sexuais a que foi forçada a manter dentro da cela. A adolescente confirmou que foi ameaçada de morte pelos três policiais que a prenderam, caso tornasse público o episódio.

“O caso ocorrido com a menina L., no Pará, é de profundo desrespeito aos direitos humanos e inadmissível, e evidencia a cultura machista persistente em nossa sociedade e desnuda comportamentos que não são incomuns no aparato policial e judiciário”, avaliou a ministra Nilcéa Freire.

Ela explicou que desde que a Secretaria de Políticas para as Mulheres soube do episódio, foram tomadas as medidas que “julgamos mais apropriadas à dramática

situação vivenciada pela menor”. Foi enviada uma comissão interministerial ao estado do Pará e junto com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos, “trabalhamos e continuamos a agir para reverter as condições que propiciaram a brutal situação”, disse.

No dia 13 de dezembro de 2007, o Grupo de Trabalho Interministerial entregou à ministra Nilcéa Freire e ao ministro da Justiça, Tarso Genro, o relatório preliminar com o diagnóstico do sistema carcerário feminino, incluindo propostas de medidas emergenciais. Segundo o relatório, as mulheres cumprem pena em condições insalubres (presença de insetos e roedores, ausência de saneamento básico, pouca ventilação etc.). Os espaços destinados a creches são precários e não há critérios para definir a separação das mães dos seus filhos. Elas não têm garantia plena de visitas íntimas e há repressão às relações homoafetivas.

A ministra garantiu que as medidas foram prontamente acatadas e para colocá-las em prática, “determinamos às nossas equipes internas um plano de ação a ser executado imediatamente”, afirmou.

Bullying*: uma brincadeira de mau gosto

Texto: Katia Maia

A agressão “fere a alma” da vítima, levando o estudante à baixa-estima, que pode chegar ao suicídio. O fenômeno avança no mundo e chega ao Brasil. Docentes e profissionais afins discutem a forma de conter o aumento da violência escolar



Ilustração: Fernando Moraes

O Brasil ficou chocado com as imagens de estudantes protagonizando cenas de violência em seis vídeos divulgados por eles mesmos pela internet. As imagens feitas por celulares de alunos de dois colégios de Cuiabá (MT) foram disponibilizadas no *site* de entretenimento *You Tube* e divulgadas em reportagem veiculada para todo o Brasil. Os vídeos mostram que as pancadarias entre os adolescentes são incentivadas por outros estudantes, que assistem a tudo de perto. Há até quem faça a narração do episódio. Em um momento, um jovem diz, antes de a briga começar: “mais um *round* hoje. Ontem foi fraco, foi fraco...”. Em seguida, dois estudantes começam a trocar socos e pontapés na rua enquanto vários colegas assistem.

* A palavra inglesa *bullying* (de *bully*, “valentão”) não tem similar na língua portuguesa, mas pode ser compreendida como uma violência praticada de forma sistemática e intencional por crianças e adolescentes no ambiente escolar, com o intuito de amedrontar, difamar, discriminar, tyrannizar e excluir.



Bricadeiras com atitudes agressivas tomam conta das escolas

A brincadeira a que os estudantes se referem reflete uma realidade presente em várias escolas do País – o fenômeno do *bullying*, que não passa de um conjunto de atitudes agressivas intencionais, repetitivas e sem razão aparente, cometido por um aluno – ou grupo – que causa sofrimento a outro. “Trata-se de uma epidemia. O *bullying*, assim como a violência, é uma dinâmica psicossocial expansiva e tem forma de irradiação. Cresce de forma mais veloz do que atos isolados possam contê-la”, alerta José Augusto Pedra, vice-presidente da ONG brasileira Centro Multiprofissional de Estudos e Orientação sobre o *Bullying* Escolar (Cemeobes).

Enquanto o Brasil se impressiona com as notícias de estudantes norte-americanos que disparam armas contra seus colegas, a realidade aqui não é muito diferente. Segundo levantamento do Cemeobes, o *bullying* atinge

45% de todos os estudantes de ensino médio do País. A média mundial é de 0% a 35% e há locais que atingem 65%.

Pesquisa

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) realizou, em 2002, no Rio de Janeiro, pesquisa sobre o fenômeno. Os pesquisadores entrevistaram 5.875 estudantes de 5^a a 8^a séries, de 11 escolas fluminenses. O resultado revelou que 40,5% dos ouvidos confessaram o envolvimento em atos de *bullying*, como agressores ou como vítimas. De acordo com José Augusto Pedra, a preocupação com o problema está mais presente em escolas particulares do que nas públicas.

Diante do quadro, professores de várias cidades brasileiras não

cruzaram os braços. Aos poucos, iniciativas vão sendo desenvolvidas em escolas e instituições de ensino para combater essa prática. Como exemplo, cita a escola municipal Cardeal Leme, de São José do Rio Preto (SP), onde um trabalho

vem sendo desenvolvido, por meio do programa Educação para a Paz. Em três meses de funcionamento já colhe bons resultados.

O trabalho de combate a essa prática, muitas vezes, esbarra na direção da escola que, segundo José Augusto, nem sempre facilita medidas contra a expansão do fenômeno. “A escola não sabe, em mui-

tos casos, discernir entre um ato de indisciplina e um ato infracional”, explica Pedra. Outro exemplo de iniciativa bem-sucedida está em Paraguaçu Paulista, “onde a tarefa de casa está sendo feita”. Ele conta que a Câmara Legislativa e a Ordem dos Advogados do Brasil mobilizaram-se com os setores de saúde e educação e mapearam a violência na cidade. “Em Brasília, infelizmente, não conseguimos a inserção nas escolas públicas”, lamenta.

A Secretaria de Educação do Distrito Federal destaca iniciativas isoladas que vêm sendo adotadas em escolas com índice preocupante de violência entre os alunos e

45%

Este é o percentual de *bullying* entre os estudantes brasileiros.

A média mundial é de 0% a 35% e há locais em que esse índice sobe para 65%.

Fonte: Centro Multiprofissional de Estudos e Orientação sobre o *Bullying* Escolar (Cemeobes)

que têm gerado bons resultados. Na cidade de São Sebastião, há pouco mais de 20 km de um dos bairros mais nobres da capital do País, o Lago Sul, a Escola Classe Vila do Boa é a única da cidade de ensino fundamental e uma das que apresentavam maior índice de *bullying* entre as crianças.

Conscientização

Lá está sendo realizado um trabalho de conscientização, envolvendo toda a escola. “Há três anos a gente trabalha valores aqui.

A cada bimestre, escolhemos um tema como solidariedade, fraternidade ou amor próprio, e montamos um calendário”, conta Luana Pimentel, coordenadora pedagógica da escola. Ela explica que a violência verbal e até agressões eram comuns entre os alunos e, muitas vezes, atingiam também os professores. “Pouco a pouco, quando fomos trabalhando os valores, os alunos foram melhorando”, orgulha-se.

A escola elaborou, em parceria com os alunos, uma espécie de estatuto do aluno. Nele, foram colocados os direitos do estudante, seus deveres, o que é proibido e suas punições. Luana reconhece que ainda há muito a fazer, ainda existem muitas ocorrências por xingamentos e agressões mas segundo ela, o número diminuiu bastante e ela arrisca até uma queda de 60% na violência. “Os alunos estão mais interessados”, justifica.

Ultrapassando limites

Patrícia Kelly Rodrigues assume que seu lado excessivamente brincalhão pode, muitas vezes,

exceder o limite razoável de uma brincadeira. “Para tudo eu tinha uma piadinha”, revelou. Ao perceber que o seu comportamento poderia trazer incômodo e sofrimento aos colegas de escola, mudou sua atitude. “Pedi desculpas para muita gente. Hoje, penso duas vezes antes de sair zombando de alguém”. A mudança de atitude veio depois do trabalho realizado no

Os meninos estão mais envolvidos com o *bullying* com uma frequência muito maior, tanto como autores quanto como alvos.

Entre as meninas, embora com menor frequência, o *bullying* também ocorre e caracteriza-se, principalmente, como prática de exclusão ou difamação.

Centro de Ensino Médio 1 de Sobradinho (DF), em 2005, onde Patrícia estudava.

“Não se trata apenas de alcinhas e gozações naturais entre crianças e adolescentes, mas, sim, de atitudes agressivas, repetitivas e adotadas por um ou mais alunos em relação a outro que, por ser fraco, mostra-se incapaz de se defender”, explicou a pedagoga Cléo

Fante, presidente do Cemeobes. Segundo ela, as vítimas tendem a ser pessoas isoladas, com problemas de auto-estima ou podem procurar nas gangues, delinquência e consumo de drogas a válvula de escape.

José Augusto, do Cemeobes, defende a capacitação de professores. “No curso de formação regular não se toca no assunto e o educador tem de estar preparado para diagnosticar o problema”. De acordo com ele, além do constrangimento a que o aluno é submetido, há ainda as conseqüências psicológicas que vão desde a queda de raciocínio à perda da socialização e dificuldade de se relacionar. “A pessoa chega à loucura, como aconteceu no caso da Filadélfia”, referindo-se ao caso do estudante que se matou com um rifle na escola em que estudava em um subúrbio da Filadélfia.

Ele destaca que também é alto o índice de suicídios de estudantes no Brasil, principalmente em capitais do Nordeste. “O jovem quer dar cabo da própria vida. Quer matar e se matar”, disse. Ele conta que, na Paraíba, houve um caso de um estudante que reclamou várias vezes da violência que sofria e chegou a fazer um vídeo, vestindo um capuz, ameaçando a escola.

Cenas que chocam um país inteiro e que começam com uma simples brincadeira infantil depreciando o outro, podem ter um fim trágico. “A sociedade não agüenta mais, são necessárias ações imediatas para podermos combater os males que o *bullying* provoca em jovens e crianças e na sociedade”, desabafa José Augusto.

Ser ou não ser

Pessoas que sentem atração sexual pelo mesmo sexo recebem apoio do Governo Federal, que criou 15 programas de combate ao sexismo e à homofobia

Era uma amizade que se tornou segredo, há lugares que não devemos voltar, há mentiras que devemos revelar, há verdades que não devemos negar. As frases definem o filme *Brokeback Mountain*, que foi sucesso de bilheteria em todo o mundo, faturando quatro *Globos de Ouro* e três *Oscars*. No enredo, o amor entre dois vaqueiros norte-americanos. Na platéia, pais, mães, filhos, famílias inteiras que se emocionaram com a história e defenderam o amor dos dois. Pelo menos, nas telas!

Na vida real, o drama de jovens homossexuais revela que ainda há um longo caminho a ser percorrido. “Minha mãe não sabe que me relaciono com meninas. Estou esperando o momento certo para contar a ela. Não sei como será a reação dela, mas sei que não posso esconder por muito tempo. Acho que vou esperar ficar mais velha, ter meu próprio emprego e ser dona da minha própria vida”, revelou C.M., de 14 anos.

A postura de C.M. é a de muitos jovens e revela uma censura velada àqueles cuja orientação sexual foge dos padrões estabelecidos na sociedade.

O Brasil ainda é tido como um país heterossexista, ou seja, suprime os direitos dos homossexuais. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), somente no Brasil, a homofobia é responsável direta



Harmonia e aceitação entre os jovens

pelo assassinato de 2.403 *gays*, lésbicas e travestis nos últimos 20 anos. Sendo 120 dessas mortes ocorridas no estado do Paraná.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) publicou, em 2000, o estudo *Juventudes e Sexualidade*, fruto de uma pesquisa em 14 capitais brasileiras, com 16.422 estudantes de escolas públicas e privadas, 3.099 professores e 4.532 mães e pais dos estudantes. O levantamento indicou, entre outros tópicos que, aproximadamente 27% dos estudantes não gostariam, por exemplo, de ter um colega de classe homossexual, 60% dos professores não sabem como abordar a questão em sala de aula e 35% dos pais e mães não apóiam que seus filhos

estudem no mesmo local que *gays* e lésbicas.

Isso faz oito anos e a pergunta que se impõe é: a situação mudou? O governo brasileiro tem tomado algumas iniciativas para combater a homofobia. Em agosto de 2007, o Ministério da Cultura lançou o Programa de Fomento a Projetos de Combate à Homofobia, com o objetivo de promover a cidadania homossexual e combater a discriminação e a violência contra *gays*, lésbicas, transgêneros e Bissexuais (GLTB).

O programa contou com o apoio do Ministério da Educação, que instituiu um grupo de trabalho e, em 2006, financiou a instalação de 30 Centros de Referência de

Prevenção e Combate a Homofobia que, somados aos 15 instalados em 2005, formam uma rede de 45 pontos de atendimento para a população sobre cidadania e direitos humanos da população de *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Os Centros atendem nas capitais dos estados e em diversas cidades do interior. Em 2007 mais seis centros foram instalados na Bahia, Pará, Goiás, Rio Grande do Sul e Ceará.

O Ministério da Educação apóia, em todo o País, 15 projetos de capacitação de profissionais da educação para cidadania e diversidade sexual, com o envolvimento de Secretarias de Educação, universidades e o movimento de *gays*, lésbicas, transgêneros e bissexuais (GLTB). A finalidade é apoiar a qualificação de gestores e professores com relação ao desenvolvimento de uma cultura de respeito e reconhecimento da diversidade sexual no combate ao sexismo e a homofobia.

Nas escolas e na família, segundo Rita quadros, ex-conselheira do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), ativista lésbica e participante da ONG Observatório da Mulher, ainda há uma inexperiência em lidar com a questão da sexualidade. Ela explicou que “quando nascemos, ganhamos de graça a heterossexualidade e quando você se depara com o outro e procura o seu lugar no mundo, vem a sensação de solidão”, disse.

A homofobia, no Brasil, porém, pode ser clara ou velada, envolvendo a discriminação na seleção de um emprego, locação de imóveis, escolha do médico, den-

tista etc. Qualquer que seja a manifestação, inevitavelmente leva à injustiça e à exclusão social de quem a sofre.

Os jovens, em seu momento de escolhas, definições e postura diante da sociedade vivenciam o momento da orientação sexual. Segundo o médico Elioenai Alves, coordenador do Nesprom, Ceam – UnB e professor titular do Departamento de Enfermagem, FS/UnB, “isso é fruto de todo o complexo interjogo no qual as mais diversas orientações sexuais devem ser pautadas sem a justificativa da determinação biológica, uma vez que o desejo representa a pulsão que, convenhamos, não está situada em nenhum órgão específico do corpo humano”, explica.

Omissão

Thiago Eduardo, 22 anos, professor de inglês, diz que sempre foi homossexual. “Eu me soube *gay* desde sempre”, afirma, embora tenha mantido a sua verdade em

segredo até os 16 anos, quando foi flagrado pela avó, com quem morava, colecionando revistas pornográficas para *gays*. “Foi horrível!”, relembra. Minha avó disse que ia procurar ajuda e me mandou para um psicólogo. Para se livrar da pressão da família, foi dizer que estava “curado”. Para o dr. Elioenai, “a falta de preparo da família e do próprio sujeito sobre a sexualidade não é tarefa fácil”, afirma.

Tanto ele quanto o médico Eduardo Ravagni, pesquisador no Nesprom, professor-adjunto da Faculdade de Educação da UnB, “acreditam que ninguém está preparado para a ‘diferença’, uma vez que ela nos surpreende por ser complexa, e, aí, a sexualidade unida à diferença aumenta ainda mais o desconforto da família, do professor ou do próprio colega diante de um sujeito que não se comporta de forma igual aos outros”.

Thiago conta que sempre foi um aluno brilhante e justifica que



Thiago: frente a frente com a realidade

talvez até esse brilhantismo tenha sido uma forma de “compensar e mostrar aos outros que eu não era pior do que ninguém”. Mas, segundo ele, não adiantou. Para a família, a sua orientação sexual foi mais forte do que todas as suas outras qualidades. “Entrei em depressão”. Thiago tentou o suicídio. “Entrei em crise e tomei todos os meus antidepressivos de uma só vez. Cheguei ao fundo do poço. Mas, sozinho, me levantei”, orgulha-se.

Rita Quadros explica que adolescentes homossexuais enfrentam uma situação de isolamento a partir do momento em que começam a ter uma identidade de gênero. “Entre as meninas isso é mais nítido porque o menino geralmente é acolhido pelas amigas e a menina fica deslocada porque não vai conseguir se incluir no grupo dos meninos”, explicou. De acordo com ela, não há estatísticas, mas “o índice de suicídio entre jovens é

“A homofobia é responsável pelo assassinato de 2.403 gays, lésbicas e travestis nos últimos 20 anos”

bem grande e a questão sexual sem dúvida pesa bastante”, conta.

C.M. ainda não chegou ao patamar de Thiago. Não sabe se chegará. Acha tudo muito difícil e recorre às amigas, ao seu grupo

para sentir-se aceita. De acordo com o dr. Elioenai, a aceitação de um homossexual dentro de “um grupo alheio a essa forma de entender e vivenciar a sexualidade, seria considerado fora dos padrões que determinam as questões entendidas como normais”, esclarece.

Thiago e C.M. sentem isso na pele. Thiago conta que teve que sair de casa para poder encontrar sua identidade e ‘ser feliz’. “Tive de buscar conforto nos amigos e esse não é o melhor caminho, porque podemos errar nas escolhas e entregar nossas vidas nas mãos erradas”, afirma. Hoje, Thiago mora em uma quitinete, no Guará, cidade a 12 quilômetros de Brasília. Largou o curso de Estatística, na Universidade de Brasília, para trabalhar e sustentar-se. “Estou feliz, mas queria que tivesse sido diferente. Queria não ter sido obrigado a sair de casa”, resume.

35%
dos pais e mães
NÃO APÓIAM
que seus filhos
estudem no
mesmo local
que *gays* e
lésbicas



Rita Quadros: meninas homossexuais sofrem mais com a exclusão

Viver mais e melhor

Foto: Katia Maia



É cada vez maior o número de idosos que voltam para a sala de aula

O brasileiro está vivendo mais e melhor. A constatação de especialistas vem embasada em estatísticas que apontam que a população brasileira chegou a 183 milhões habitantes, em 2007, e, segundo palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, “nos últimos cinco anos, 20 milhões de pessoas deixaram as classes D e E, de baixo consumo, e migraram para a classe C. Apenas nos últimos 17 meses, 14 milhões de brasileiros ingressaram nesta nova classe média, cada vez mais ativa e numerosa”.

Isso indica que o Brasil deixou de ser um País em desenvolvimento. Segundo os padrões de análise da Organização das Nações Unidas (ONU), nosso Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcançou o patamar mínimo, com

nota 8, dos países desenvolvidos, graças à longevidade do brasileiro, que alcançou 71 anos em média. Este foi o índice que levou o Brasil à categoria de país desenvolvido.

A população brasileira idosa (acima de 60 anos de idade) somou mais de 19 milhões de pessoas em 2006, o que representa 10,2% da população total, segundo revelou a Síntese de Indicadores Sociais 2007, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há dez anos, o percentual era de 8,6%. Embora ainda exista um percentual menor de idosos em relação à população total do que o apurado em vizinhos como Uruguai (17,3%) e Argentina (13,8%), o País responde por mais de um terço (32,1%) dos idosos dos países da América Latina e do Caribe.

Uma projeção para os pró-

ximos dez anos aponta que essa população subirá para 34 milhões. A contagem da população feita pelo IBGE revela ainda que o brasileiro está completando cem anos de vida de norte a sul do País. Em 5.435 municípios brasileiros, o número de idosos com 100 anos chega a 11.422 pessoas. Desse total, 7.950 são mulheres e 3.472, homens. A contagem mostrou também que, do total das mulheres, 19,70% eram responsáveis pelos domicílios, 30,25% eram cônjuges, 38,01%, filhas ou enteadas e 11,14%, outros parentes.

Exemplo dessa longevidade foi o centenário do maior arquiteto do País, Oscar Niemeyer, que define a vida em uma só palavra: “solidariedade”. Ao olhar para trás, ele diz que não fez concessões e seguiu um bom caminho. “Cem anos é uma bobagem, depois dos 70 a gente começa a se despedir dos amigos. O que vale é a vida inteira, cada minuto também e acho que passei bem por ela”, avalia. Assim como Niemeyer, a portuguesa dona Maria Aurora Félix, de 102 anos, ensina o caminho da longevidade: “a receita é a pessoa fazer o que melhor lhe convém. Se você acha que nessa casa você fica bem, então fique. Se não está bem, precisa começar a dar um jeito de melhorar”, ensina.

Se o perfil da população muda, mudam as atitudes em relação à vida. Dona Geralda Araújo que o diga. Aos 70 anos, ela é a nadadora mais conhecida dos fre-

qüentadores do Lago Paranoá, em Brasília. Em novembro de 2007, ela superou o desafio de nadar quatro mil metros entre as pontes JK e a Costa e Silva. Em 2004, ela atravessou o Lago Paranoá, que tem 500 metros de uma margem à outra. Ela treina duas vezes por semana e é candidata cativa das competições da cidade. Mas quer mais. “Quero saltar de pára-quadras e descer novamente de rappel, com aquela água batendo na gente. É bom demais”, afirmou a atleta. Dona Geralda, dona Aurora e Oscar Niemeyer são pessoas que montam o retrato de uma população de idosos que se movimenta e busca a melhor forma de desfrutar da longevidade. Filhos, netos, bisnetos e muitas vezes tataranetos, hoje, convivem com seus familiares até o centenário. “Sinto que mudou o perfil das famílias”, avalia a psicóloga Maria Fernanda Abreu. “Lembro-me de que, quando era criança, minha mãe, aos 60 anos, era vista por mim como uma velhinha, que ficava em casa bordando e fazendo crochê. Isso mudou. As senhoras com mais de 60 anos, hoje, estão viajando, aprovei-

“O programa *Viaja Mais*
(*Melhor Idade*)

atendeu mais de

9 mil

idosos,

superando a meta”



Dona Graça em férias com o namorado Luiz

tando a vida, desfrutando do seu tempo livre, com filhos e netos muitas vezes já criados”, compara.

Via internet

Já dona Graça Chaves, mãe de quatro filhos, usa agora o seu tempo para curtir os netos e passear. “Adoro viajar. Sempre que posso, programo. Compro uma passagem e vou ao Nordeste visitar os parentes e aproveitar as praias”, comenta. Aos 60 anos, divorciada, ela aproveita a vida. Entra na internet, faz amigos por meio da rede mundial de computadores, conhece pessoas e namora. Conheceu Luiz, seu atual namorado pela *web* e viaja frequentemente para Fortaleza (CE) para encontrar-se com ele.

Dona Graça faz parte de um público que levou o governo a criar um programa especialmente voltado para brasileiros e brasileiras que hoje desfrutam a melhor idade. O

programa *Viaja Mais* (*Melhor Idade*) foi lançado em setembro de 2007, especialmente para proporcionar a aposentados e pensionistas, assim como a pessoas com mais de 60 anos, a oportunidade de conhecer o Brasil nos períodos de baixa ocupação. Os pacotes oferecem facilidades, como preços mais baixos que os de mercado e pacotes especiais para esse público.

Na primeira etapa do programa, segundo a ministra do Turismo, Marta Suplicy, nove mil aposentados utilizaram o benefício, entre setembro e novembro – a baixa estação do segundo semestre, o que superou a previsão inicial de sete mil pacotes. Nesta primeira fase, os idosos paulistas e brasilienses foram contemplados com a estréia do programa e gastaram, em média, R\$ 850 por pacote, que incluiu passagens aéreas, terrestres, hotéis, traslados, passeios e seguros. “O *Viaja Mais*

(*Melhor Idade*) não é um programa de ocasião, ele veio para ficar. Programas de estímulo a viagens de idosos já existem em outros países e eles tiveram dificuldades durante a implantação. No nosso caso, tivemos sucesso muito rapidamente”, assegurou Marta.

“É uma mudança comportamental e de atitude em relação à vida. Mas, a gente não pode deixar de levar em consideração que muitos idosos brasileiros sequer têm condições de sair de sua cidade”, alerta a psicóloga Maria Fernanda. Ela desenvolve um trabalho voluntário com idosos do Entorno de Brasília e revela que é essa parcela da população que mais precisa de um olhar diferenciado. “Viver mais significa também mais cuidados”, relata.

Em Brazlândia, cidade a 50 quilômetros de Brasília, um grupo de idosos descobriu a receita para

19 milhões de idosos, em 2006,

representam 10,2% do total da população, segundo

a Síntese de Indicadores Sociais 2007, divulgada pelo IBGE.

desfrutar dos benefícios da longevidade com poucos recursos. Eles integram um programa pró-idoso desenvolvido pelo governo local para incentivar atividades físicas, culturais e sociais entre a população da terceira idade. E dá certo. Dona Eugênia Silva participa do programa há mais de ano e descobriu uma nova forma de encarar a melhor idade. “Aqui, eu voltei para a sala de aula, comecei a fazer atividades físicas e pratico até capoeira!”, orgulha-se.

As oportunidades de grupos e programas de assistência ao idoso são uma alternativa para quem

não tem a condição financeira para desfrutar a longevidade. O programa *Idoso em Ação* promove passeios turísticos para os idosos, festas comemorativas, cursos de artesanato e atividades físicas. Tem até o concurso da *miss* da terceira idade. “Embora nossa saúde e vitalidade não sejam as mesmas de quando a gente tinha 20 ou 40 anos, aqui, a gente aprende a ser feliz no tempo certo”, resume dona Maria Souza.

Outra Maria, de outro estado e com outra forma de encarar a vida, é Maria Alice Noronha. Professora aposentada, 63 anos, ela acredita que a terceira idade chegou com tanta responsabilidade quanto na sua juventude. Moradora do interior pernambucano, Caruaru, cidade do forró, ela vive hoje com a filha de 26 anos e a neta de 4 meses. A aposentadoria de pouco mais de R\$ 900 não permite realizar seu desejo de viajar e aproveitar a vida. Mesmo assim, reconhece: “a idade traz com ela a maturidade e a serenidade para que a gente possa encarar com mais tranquilidade o dia-a-dia”.

Lya Luft, escritora, em artigo publicado na revista *Veja* define: “A velhice, que hoje tarda bem mais do que décadas atrás, pode ser bela, alegre e apreciada enquanto não for amarga”. Assim seja.



Socialização por meio da prática esportiva

Situação das Mulheres na América Latina

Maria Loreto Muñoz Villa |

Coordenadora Regional para a América Latina do Projeto de Igualdade com Perspectiva de Gênero Internacional da Educação



Se fizermos um balanço da situação das mulheres na América Latina, podemos dizer, sem dúvidas, que avançamos nos últimos 60 anos. Isso visto da ótica do direito a voto, da proteção à maternidade, da participação trabalhista, da elaboração da legislação contra a violência doméstica, entre os pontos mais destacáveis.

Não obstante, se recordarmos os balanços que se fizeram em 2005, às vésperas do aniversário dos 10 anos da Conferência Mundial da Mulher, ocorrida em Beijing, na China, concluiu-se que ainda restam desafios muito importantes para a América Latina e o Caribe em temáticas referidas a: pobreza, autonomia econômica e equidade de gênero, empoderamento, participação política e desenvolvimento institucional, principalmente, se considerarmos que em matéria de:

- **Desnutrição:** nos países menos desenvolvidos, uma percentagem importante de mulheres adultas foram raquíticas durante sua infância, causada por desnutrição, e 50 % delas seguem em risco de sofrer problemas pela insuficiência de ferro e iodo.

- **Analfabetismo:** as mulheres representam dois terços dos analfabetos no mundo, situação que é proporcional na América Latina, afetando mais as mulheres do cam-

po, afro-descendentes e indígenas.

- **Saúde reprodutiva e proteção à maternidade:** ainda temos cifras importantes de gravidezes precoces e não desejadas. Ainda, meio milhão morre a cada ano durante a gravidez ou o parto. Organismos sanitários internacionais apontam que a AIDS cada dia tem um rosto mais feminino. Os planos não são suficientemente efetivos na prevenção de cânceres, tanto o de mama, como o de útero.

“As mulheres precisam organizar-se e participar ativamente dos espaços sociais.”

- **Economia:** existe uma baixa participação das mulheres na atividade trabalhista remunerada formal, não superando os 37% na região.

- **Migração:** devido à dificuldade das mulheres para entrar no mercado de trabalho e serem bem remuneradas, surge o fenômeno das migrações internacionais, cujo resultado são as remessas que se transformaram em uma fonte importante dos ganhos das famílias

pobres na região.

- **Violência:** tanto intra-familiar (do casal) como social (por salários, perseguições, etc.), atingem de maneira constante as mulheres na maioria dos países latino-americanos.

Tudo isso se agrava quando se aborda desde as “desigualdades cruzadas”, quer dizer quando as mulheres sofrem dupla ou tripla discriminação relacionada à raça, à classe social, a etnia, especialmente em relação às mulheres do campo, negras e indígenas, que representa um grupo contra posto ao das mulheres urbanas.

Por todo o exposto, as mulheres precisam organizar-se e participar ativamente dos espaços sociais. No caso particular da educação, estamos fazendo um esforço importante por meio da “Rede de Trabalhadoras da Educação da América Latina” para incentivar a participação das mulheres nas organizações sindicais da educação, com o objetivo defender nossos direitos trabalhistas e lutar pela situação das mulheres na região, considerando que: 70% da força de trabalho deste setor é feminina, uma percentagem que beira os 50% de nossos alunos são de meninas e uma alta percentagem de quem representa as famílias na escola são de mães que em sua grande maioria, são mulheres pobres.

Maternidade rima com maturidade

A mentalidade da mulher mudou conforme seu ritmo de vida. Só ao atingir o sucesso profissional e a estabilidade financeira, ela faz a opção de ser mãe. Especialistas alertam sobre a decisão tardia, mas também oferecem alternativas

Fotos: Arquivo Mátia

Para muitas mulheres, a vida começa aos 40 anos. Elas não só acreditam nisso, como apostam na possibilidade de dar início à vida numa fase em que suas mães estariam se preparando para ser avós. A busca por uma carreira profissional sólida, a estabilidade emocional e a reestruturação familiar, depois de um divórcio, têm levado a brasileira a adiar a maternidade para uma fase mais madura de sua vida.

Especialistas alertam que as possibilidades de engravidar após os 40 anos são mais remotas. “O ideal é a gravidez acontecer dos 20 aos 35 anos”, afirma o ginecologista Rodrigues Oliveira, chefe da área de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB). Segundo ele, a possibilidade de engravidar diminui com o passar do tempo. “A partir dos 35 anos, as chances de engravidar são de 15%, aos 40, esse índice cai para 10% e após os 45, a probabilidade é de 5%”, explica.

Em Brasília, uma pesquisa feita com gestantes de hospitais públicos e particulares revela que a idade média para as mulheres terem seus filhos tem a ver também com a condição social. Nos hospitais particulares, a idade média na década de 1980 foi de 30,6 anos e de 34,7 nos anos 1990. Nos hospitais públicos, os números caem para



Neide e o filho caçula Henri Thiago, à espera do tempo

26,7 anos e 30,3 de uma década para a outra, respectivamente.

As mulheres que vestem a camisa da maternidade aos 40 têm um trunfo. Afinal, elas tiveram tempo para se divertir, viajar, construir a carreira e a tranquilidade necessária para se dedicar ainda mais ao filho. “Não só a nossa estabilidade financeira como emo-

cional também”, revela Karla Zani, 40 anos, mãe de Daniel, 9 anos, e Pedro, 2 anos. A gestação do filho, próxima aos 40, foi tranqüila e bastante curtida, sendo o único medo a possibilidade de a criança ter Síndrome de Down.

Estudos realizados nos EUA mostram que a cada 100 mil nascimentos em mulheres com ida-



*Gravidez planejada.
Karla com o filho Pedro, com
quatro meses*

des entre 30 e 34 anos, 49 crianças nasceram com Síndrome de Down. A taxa dobra em mães de 35 e 39 anos. De acordo com o ginecologista Rodrigues, os riscos aumentam porque o óvulo está mais velho e pode gerar o problema cromossômico.

Neide Freitas, 48 anos, paciente do dr. Rodrigues, está grávida de cinco meses e orgulha-se da barriga a essa altura da vida. “Não foi planejada, mas se veio, é porque tinha de acontecer”, resigna-se. Ela tem dois filhos: Henri Thiago, de 24 anos, e Dan Carlo, de 26 anos. “Foi

uma surpresa. Fui fazer exame de rotina e como a minha menstruação não vinha, eu pensei que já se tratava do climatério”, recorda-se. Não era. Era um outro filho a caminho e ela aceitou bem.

Há mulheres que, ao esperar o momento certo, acabam tendo de recorrer à ciência. A história de dona Rozinete Palmeira Serrão, avó “barriga de aluguel” que, aos 51 anos, deu à luz a gêmeos, em um hospital de Recife (PE) ilustra a situação. A filha Cláudia Michelle, 27 anos, que não pode engravidar, realizou o sonho de ser mãe em

dose dupla graças à coragem e ao amor da mãe que enfrentou uma gravidez de alto risco para dar à luz a netos gêmeos. Não é qualquer mulher que pode gerar os filhos de outra na gravidez conhecida como “barriga de aluguel”. A legislação brasileira só permite que parentes próximos recebam o óvulo fecundado de outra mulher. Mãe e filha tiveram de superar dificuldades e preconceitos para realizar um sonho: o da maternidade.

Sonho acalentado por Clarice (nome fictício) por muitos anos. Ela decidiu que só seria mãe quando se sentisse preparada financeira e psicologicamente. “O casamento de dez anos viveu todos os altos e baixos e quando achei a hora ideal para termos filhos, começamos a tentar, mas a gravidez não veio”, lamenta. “Desisti da gravidez, mas não desisti do filho. Resolvemos adotar. Hoje, temos a Ana (nome fictício) conosco, e posso dizer que me sinto feliz e realizada, e foi a melhor coisa que aconteceu para nós”, conta. Ana está hoje com sete anos e Clarice ainda não decidiu se vai contar para a menina que é adotada. “Ela é a minha cara, tem o jeito da gente. Não acho primordial contar. Penso que o tempo vai me dizer qual é a melhor coisa a fazer”, afirma.

O que Clarice fará, nem ela sabe ainda, mas, no momento, para ela, isso pouco importa frente à realização do sonho de ser mãe. “Para mim, ela foi gerada aqui (mostra a barriga), e isso aconteceu nos meses de espera que tive que de enfrentar até que a Ana aparecesse na nossa vida”, conta.

Batucadas feministas da Marcha Mundial das Mulheres

Nalu Faria | Integrante da Coordenação Nacional da MMM



Em solidariedade a todas as mulheres!



A Marcha Mundial das Mulheres iniciou o ano de 2008 nas ruas, no dia 26 de janeiro, participando do dia de mobilização e ação global, convocado pelo Fórum Social Mundial.

No processo preparatório, o Secretariado Internacional criou um blog para que as diversas coordenações da MMM pudessem divulgar as atividades previstas para esse dia de mobilização. No blog há um guia de orientação sobre a organização de uma batucada feminista. Além do Brasil, outros países já haviam criado batucadas feministas e então surgiu a proposta de ampliar

essa forma de ação, que dá visibilidade à nossa luta. As batucadas fortalecem as mobilizações, incentivam a criatividade e outras linguagens para expressar nossos conteúdos feministas e de crítica à atual sociedade capitalista e patriarcal.

No 26 de janeiro, a Marcha atuou com a consigna “*Estamos nas ruas em solidariedade com as mulheres que são impedidas de estar*”. Foi um chamado para denunciar e visibilizar a situação grave de violência em vários países, nos

quais ela ocorre de forma massiva, atinge um grande número de mulheres e está institucionalizada. Nas ruas, demonstramos nossa solidariedade com as mulheres do Haiti que, além da violência cotidiana, sofrem violência sexual por parte dos soldados que hoje ocupam seus territórios. Às mulheres de Burma, que tiveram um papel de liderança no levante social, na luta contra a ditadura militar. Hoje, muitas estão sendo perseguidas e tiveram de fugir de suas casas. Às mulheres do Irã, que sofrem a violência estatal pelo uso obrigatório do véu, apedrejamentos, execuções e mutilações. Às mulheres da República Democrática

do Congo, onde há um verdadeiro feminicídio e grupos armados parastatais estupram as mulheres com toda impunidade. Solidarizemo-nos com as mulheres mexicanas, que lutam contra os feminicídios que se alastram em um contexto de livre comércio.

A solidariedade é um componente fundamental da Marcha Mundial das Mulheres, que desde seu início denuncia a conexão entre o modelo neoliberal, o acirramento das guerras e o aumento da violência contra as mulheres.

Nas batucadas do dia 26 de janeiro, expressamos também nosso compromisso com o Fórum Social Mundial. Estivemos nesta ação como parte da Assembléia dos Movimentos Sociais que, na declaração “A caminho de Belém”, ressaltou a importância de que nossas ações fossem nas ruas, reafirmando nossa convicção de que só a força da mobilização poderá mudar o mundo e nossas vidas. E essa é nossa perspectiva para o próximo Fórum Social Mundial, em Belém, em janeiro de 2009.

Nossa luta é todo dia, por isso a batucada feminista vai continuar durante 2008 e ecoará por todas as partes nosso canto à liberdade, à autonomia e à igualdade.

Uma vida semeada por palavras

Cora Coralina, a história e o mito de Goiás, mostrou ao Brasil, aos 77 anos, a sabedoria que norteia a vida



Fotos: Katia Maia

Casa do Rio Vermelho, onde Cora nasceu e morou quando retornou à cidade de Goiás

Vendedora de livros, de tecidos, dona de pensão, doceira... A vida de Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretãs traz em seus passos a trajetória de quem sempre lutou e trouxe consigo a simplicidade de alguém que buscou e revelou a essência que o olhar, o sentimento e a vida podem revelar. A senhorinha de cabelos brancos e feição da avó que todos sempre sonharam ter, carregou em si o espírito de vanguarda de uma mulher que trilhou sua caminhada de acordo com suas palavras: “o que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.

A Aninha da Casa do Rio Vermelho, mais conhecida como Cora Coralina, viveu a vida semeando. A menina, nascida na cidade de Goiás, no interior do estado, em 20 de agosto de 1889, na casa que pertencia à sua família há cerca de um século, cursou apenas as primeiras letras. Filha do desembargador Francisco de Paula Lins dos Guimarães Peixoto e Jacinta Luiza do Couto Brandão, Cora, aos 14 anos, escreveu seus primeiros contos e poemas, embora seus trabalhos só tenham sido conhecidos pelo grande público depois dos seus 77 anos de idade, quando foi revelada para o Brasil, por meio da admira-

ção que o poeta Carlos Drummond de Andrade teve por seus poemas. Em 1980, como era de seu feitio, após ler alguns escritos da autora, Drummond manda-lhe uma carta elogiando seu trabalho e, que, ao ser divulgada, desperta o interesse do público leitor e a faz ficar conhecida em todo o Brasil.

Cora Coralina “foi alguém que ousou ir adiante”, define Ebe Maria de Lima Siqueira, professora de Literatura Brasileira da Universidade Estadual de Goiás (UEG), e admiradora da vida e obra da poetisa goiana. De acordo com ela, Cora foi uma mulher que, em sua época, “abriu brechas e enfrentou a resistência de uma sociedade conservadora e tradicional”.

Admiração e desprezo

A poetisa viveu na cidade de Goiás até os vinte e poucos anos, quando deixou a família e a vida no interior do País para ir morar com o advogado Cantídio Tolenti-

no Bretãs, no interior de São Paulo. Homem separado da esposa, a união não foi aceita pela família nem pela sociedade local. “A cidade ainda hoje é muito fechada e Cora chegou a ser desprezada por todos pela sua atitude”, esclarece Ebe.

Segundo ela, ainda há quem se refira à Cora Coralina como uma mulher que se uniu a um homem casado e, por isso, desmerecedora de respeito. “Para muitos, ela ficou estigmatizada como prostituta”, lamenta Aloísio Godinho, poeta, historiador e gastrônomo da cidade de Goiás. Adorador da obra de Cora, ele se empolga quando fala da mais ilustre filha da terra. “Cora é toda essa cidade. Cora é essa janela, essa parede, as pedras...”, reverencia Aloísio Godinho. Ele se envolve nas palavras da poetisa e, no meio da conversa, começa a declamar a *Oração do Milho*, em que Cora escreveu: “Senhor, nada valho. Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres.

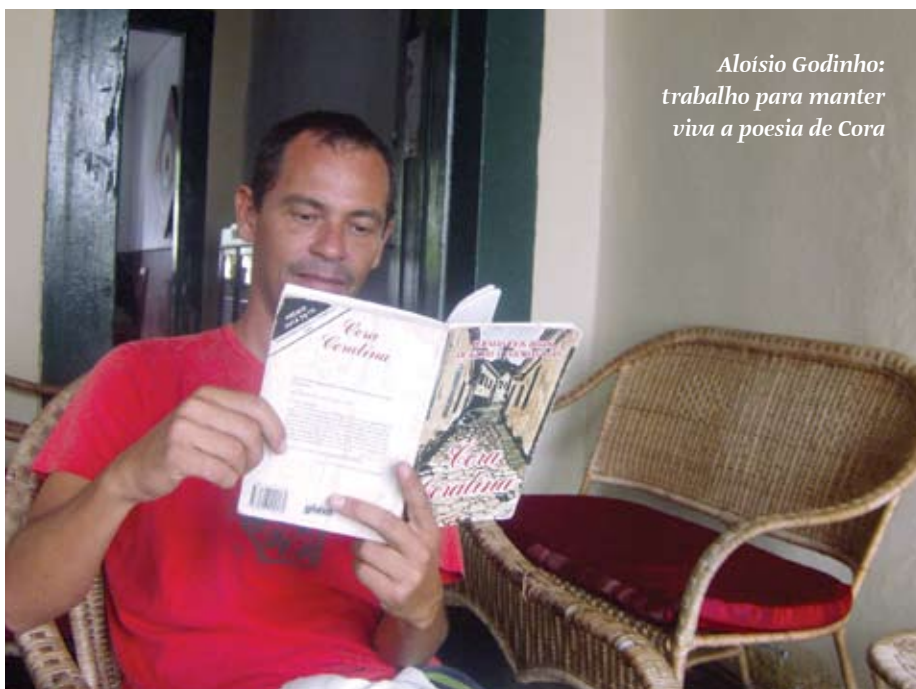


Cora: muitas Anas numa só

Meu grão, perdido por acaso, nasce e cresce na terra descuidada... Veja como a partir da simplicidade de um grão de milho, ela desenvolve toda uma história”, destaca.

Mas, a admiração e o respeito de Aloísio pela obra de Cora não é um sentimento geral. Na cidade, há uma disputa velada sobre o patrimônio cultural e a relevância de Cora Coralina para o município. “Existe, ainda, certo ranço, que até hoje não perdoa Cora. Alguém que deixa esse lugar com um homem divorciado – o que na época não era nada comum ou aceitável –, que não frequentou a escola, e que conquistou a notoriedade”, avalia Ebe sobre o preconceito.

A verdade é que o legado que Cora deixou ultrapassou as fronteiras da cidade, do estado e do País. Hoje, sua obra é estudada nas principais instituições de ensino da França, Alemanha, Estados Unidos e Canadá, entre outros. “A cidade ainda é muito ingrata com Cora”, lamenta Ebe.



Aloísio Godinho: trabalho para manter viva a poesia de Cora



Quarto de Cora - preservado no museu

Vida intelectual

Cora Coralina deixou Goiás para viver no interior de São Paulo, nas cidades de Avaré e Jaboticabal. Depois, morou na capital paulista, por mais de quatro décadas. Só voltou para a cidade de Goiás aos 67 anos de idade. “Em São Paulo, ela começou a atuar como ativista social e promoveu várias ações: começou a trabalhar junto à igreja na arrecadação de mantimentos para cestas básicas, passa a estimular a plantação de mudas de planta na cidade. Paralelamente, atua como colaboradora intelectual de jornais locais e chega (até) a ser convidada para se candidatar a vereadora”, relata Ebe.

Com a morte do marido e com seis filhos para criar, a poetisa passou a vender livros em São Paulo. Trabalhou para a Editora José Olímpio – a mesma que, anos depois, viria a editar o seu primeiro livro: *Poemas dos Becos de Goiás e*

Outras Histórias Mais, publicado em 1965.

Ao completar 50 anos de idade, deixou de atender pelo nome de batismo, Ana, e assumiu o pseudônimo que escolhera para si muitos anos atrás: Cora Coralina. Inquieta, durante todos os anos que passou em São Paulo, Cora não deixou de escrever, produzindo poemas ligados à sua história, à ligação com a cidade onde nascera e ao ambiente em que fora criada.

*“A vida tem duas faces:
Positiva e negativa
O passado foi duro
mas deixou o seu legado
Saber viver é a grande sabedoria”
(Assim eu vejo a vida)*

Só voltou a viver em Goiás, em 1956, mais de duas décadas depois de ficar viúva e já produzindo sua obra definitiva. O reencontro de Cora com a cidade natal acon-

teceu aos 67 anos de idade. No seu retorno, ela passa a viver na mesma casa em que nasceu e que foi comprada por sua família no século XIX, quando seu avô ainda era uma criança. Estima-se que essa casa foi construída em meados do século XVIII, sendo uma das primeiras construções da antiga Vila Boa de Goiás.

Retorno a Goiás

Em seu retorno, Cora não foi exatamente “bem recebida” pela cidade. A sociedade ainda guardava na memória as histórias sobre a moça que deixara a cidade para viver com um homem “casado”. Cora retorna assim mesmo e ensimesma-se em sua vida. “Cora não tinha grandes amigas e o fato de a cidade não tê-la recebido amistosamente, faz com que ela crie uma certa resistência, uma couraça, para se defender e continuar na cidade”, avalia Ebe.

É nessa hora que a poetisa decide então fazer doces para vender, buscando uma forma de sobreviver. A cidade de Goiás já era tida como uma localidade turística e a Casa do Rio Vermelho – o rio passa bem em frente à porta de Cora –, onde ela morava, fica localizada no coração da cidade. “Cora vendia doces e aproveitava para recitar suas poesias”, explica o historiador Godinho.

Dona Lúcia Benedita dos Santos, conhecida como dona Dita, hoje com 61 anos, foi uma das aprendizes de Cora na arte de fazer doces. “Comecei a fazer doces com a dona Cora e aprendi a profissão”, recorda-se. Hoje, ela ainda mora na

Cidade de Goiás a alguns metros da Casa do Rio Vermelho e perpetua as receitas da poetisa. “Comecei com 14 anos, na casa da dona Cora, como doméstica, e ela me ensinou tudo o que eu sei hoje”, disse.

Dona Dita recorda-se de que Cora era uma mulher muito sistemática e que gostava de ensinar suas receitas, “mas mostrava como fazer uma só vez. A gente tinha de prestar bastante atenção porque ela não ia ensinar de novo”, contou. De acordo com dona Dita, o doce que a poetisa mais gostava de fazer era o “Pingadinho de Abóbora”. “Ela fazia aquele doce com tanta perfeição! Usava duas colherzinhas e, juntando as duas bem assim (mostra com as mãos o gesto que Cora fazia), deitava um pingo do doce”, explicou.

Doce poesia

Desde que retornou à Cidade de Goiás, Cora Coralina viveu a maior parte de sua vida dentro de casa, com seus doces e suas poe-

sias. “Era uma pessoa boa, mas que ficava sempre ali, com seus escritos, ora dentro de casa, na sala, ora na janela, olhando...”, recorda-se dona Dita. Ela conta que Cora Coralina não gostava muito de sair e raramente recebia visitas, mas que era muito boa conselheira. “Ela dizia coisas tão certas”, relembra.

*“Quando eu era menina
bem pequena,
em nossa casa,
certos dias da semana
se fazia um bolo, assado na panela
com um testo de borralho em cima”
(Antigiúidades).*

“Certo dia, chegou um senhor na porta da casa da dona Cora pedindo ajuda. Ela perguntou a ele o que ele sabia fazer e ele respondeu que trabalhava com madeira. Ela perguntou por que ele não exercia a profissão e ele respondeu que não tinha ferramentas. No outro dia, dona Cora foi a uma loja e comprou tudo o que um marceneiro precisava. No mesmo dia, falou com um

fazendeiro conhecido pedindo que ele desse serviço para o moço. Então, ela falou para a gente: o povo daqui fala que não dou nada para ninguém, mas se eu desse dinheiro para ele, amanhã ele não teria mais nada”, contou dona Dita.

Cora morava só, na companhia de seu Vicente e Maria Grampinho. O primeiro era seu auxiliar, que diziam ter pertencido ao bando de Lampião. Já a Maria, durante o dia vagava pelas ruas da cidade com um saco de trastes nas costas e centenas de grampos metálicos no cabelo. “Toda noite, voltava para a casa da dona Cora e deitava-se no porão da casa ao lado da biquinha, por sua própria vontade”, recorda-se dona Dita. Embaixo da casa existe uma nascente de uma bica que corre por baixo da moradia, onde se pode matar a sede e conferir bem de perto toda a estrutura da casa.

Doces recordações

Depoimentos de moradores da cidade de Goiás reforçam que Cora era mesmo uma pessoa mais fechada. “Minha mãe me conta que ela só ficava ali na casa dela, quieta, com seus doces”, conta Ana Paula Ferreira jovem moradora. A cidade, em alguns momentos chega a ser injusta com Cora. “A sociedade ainda hoje é muito tradicional e não é raro ouvirmos políticos que (ainda hoje, repete) criticam a forma de viver de Cora”, explica Ebe.

Ela recorda-se que, ainda criança, certa vez foi com a sua mãe comprar os doces de Cora Coralina. E sua mãe comentou que estava admirada como uma se-



Dona Dita até hoje faz as receitas de doces que aprendeu com Cora

nhora de cabelos tão brancos trabalhava fazendo doces. “Nesse instante, Cora não entendeu a frase de minha mãe como um elogio e retrucou: por que não posso fazer doces? Só por que tenho os cabelos brancos? Os doces são bons... E fez com que provássemos de todos”, disse. “Para a gente, foi ótimo. Como criança, adorei provar tudo”, complementou.

*Eu sou a terra, eu sou a vida.
Do meu barro primeiro veio o homem.
De mim veio a mulher e veio o amor.
Veio a árvore, veio a fonte.
Vem o fruto e vem a flor.*

(O Cântico da Terra).

Cora era assim: “gostava de fazer tudo certinho”, explicou dona Dita. Ela tinha uma característica autodidata, complementa Ebe. Certa vez, “contam por aqui”, que um grupo de estudantes do Rio Grande do Sul foi até a cidade de Goiás conhecer a poetisa, em sua casa. Sabendo que aquele grupo a visitaria, Cora tratou de estudar os poetas e as poesias da região de origem dos estudantes. Ao chegarem a casa dela, Cora foi logo perguntando, para mostrar-se integrada e conhecedora da cultura deles, o que eles conheciam de Mario Quintana. Os estudantes disseram desconhecer o poeta e sua obra. “Conta a história que ela colocou os estudantes para correr e disse que se eles nem conheciam e nem leram o que existe em seu quintal, por que estariam ali para conhecer a obra dela. Cora tinha um pouco de intolerância com a ignorância”, analisa Ebe.

A verdade é que, no seu jeito simples de viver e de escrever

suas poesias, ainda em vida Cora ganhou grandes títulos da literatura brasileira como Doutor *Honoris Causa*, da Universidade Federal de Goiás (1983), Troféu Juca Pato, da União Brasileira dos Escritores (1983) e o Grande Prêmio da Crítica, da Associação Paulista de Críticos de Arte.

Existe, hoje, na cidade de Goiás, um movimento para manter viva a memória de Cora Coralina. Um grupo de aproximadamente 40 pessoas reuniu-se, há três anos, para freqüentemente se encontrar em momentos litero-musicais para estudar a poesia dela. “Cora é o marco dessa cidade. Ela é a bandeirante dessas terras. Goiás foi redescoberto por ela”, afirma Godinho, que também é integrante do grupo Sodalício, uma espécie de Confraria que promove discussões e saraus literários para declamar a poesia dela.

Memória

Além de iniciativas como essa, Cora é lembrada ainda por meio do Museu Cora Coralina, que funciona na Casa do Rio Vermelho – Rua Dom Cândido, número 20. A construção que mantém as características típicas da arquitetura residencial desenvolvida no Brasil-Colônia. O local foi todo preservado, com móveis, textos e objetos pessoais da poetisa. Nele, é possível conhecer o quarto de leitura, a cozinha, os tachos em que a poetisa fazia os doces e ter acesso a seus manuscritos. Na casa, é possível ver a máquina *Olivetti* que levou Cora, já aos 70 anos, a fazer o seu único curso, o de datilografia. Cora cursou apenas até a 3ª série do antigo Primário, que se refere hoje ao Ensino Fundamental.

Antigamente, o Museu era utilizado também para promover encontros. “A casa tinha uma vida cultural”, explica Ebe. De acordo



Ebe: cidade de Goiás não valoriza a obra de Cora

com ela, era costume receber alunos, assim como promovia programas de leitura nos bairros. “Tínhamos duas salas de leitura no museu. Mas, quando veio a enchente (de 2001) inundou tudo e o nosso acervo foi embora. Perdemos o espaço”, lamenta. A casa passou por um processo de restauração depois da enchente que atingiu a cidade em 31 de dezembro de 2001.

Cora é lembrada, todo ano, no dia 20 de agosto, dia de seu aniversário, com o “Dia do Vizinho”. “É uma festa na cidade”, afirma Godinho. Ele explicou que o Dia do Vizinho foi instituído pela própria Cora Coralina “porque ela acreditava que o vizinho é o parente mais próximo que se pode ter. É ele quem fornece aquela xícara de açúcar quando a gente precisa, que troca bolo, biscoito e que está sempre perto numa necessidade e sabe primeiro das coisas”, disse.

Cora era assim: quieta com suas poesias, mas forte com sua presença. Embora exista hoje, na cidade de Goiás, a disputa velada pelo patrimônio cultural deixado por ela, a obra da poetisa ganhou os quatro cantos do mundo. “A poesia dela não é do intelecto é muito mais do sentimento. Cora trabalha com a memória”, conclui Ebe.

Cora Coralina morreu no dia 4 de abril de 1985.

Não sei... Se a vida é curta...

Não sei...

Não sei...

se a vida é curta ou longa demais para nós.

*Mas sei que nada do que vivemos tem sentido,
se não tocarmos o coração das pessoas.*

(Não Sei).

Aventureira e libertária

A Ana que virou Cora e foi rejeitada pela cidade, criou asas e ganhou fama

Por: **Ana Maria Tahan** |
Editora do *Jornal do Brasil*

A voz era apaixonada, vibrante. Transbordava do coração, atravessava as cordas vocais, ganhava emoção ao ritmo das mãos, os olhos vivazes acompanhavam o tom. Histórias, poemas, contos, causos, opiniões fluíam ao ritmo entoado por Cora, mestre na arte de declamar e interpretar, capaz de confundir desavisados sobre o que era realidade, o que era fantasia.

Cora, Aninha, Anica, Anita eram todas uma só, pequenina, franzina, eternamente atarefada, permanentemente escritora. Erram os que tentam reduzi-la à condição de poeta, ou poetisa. Era contista, cronista de tempos passados e presentes. Jornalista também, observadora distante e crítica, fiel redatora de fatos e acontecidos.

Escrevia com afã, no impulso, sobre qualquer papel que lhe caísse às mãos. Escrevia em bordas de jornais, em meio a cartões postais, em envelopes de cartas, em rústicos papéis de embrulhar pão. Se a inspiração transbordasse, desprezava os limites, ia desenhando letras pelos cantos, nas entrelinhas, subia e descia até que se extinguisse o desejo de expressão. Se tivesse tempo, passava a limpo, em cadernos caprichados ou em blocos de carta. Caso contrário, ficavam por ali, esquecidos em meio a livros, recortes, folhetos. Perdidos nos guardados.

Virou Cora aos 15 anos, o pseudônimo uma exigência para disfarçar a escritora, que moça prendada e casadoira não perdia tempo com manuscritos. Cora, derivativo de coração, identidade que a diferenciava de tantas Anas da cidade, batizadas todas em homenagem à santa padroeira. Coralina ainda demorou algum tempo, surgiu depois, soma perfeita de sonoridade e tradução literária. Cora Coralina, coração vermelho, gostava de contar. “Lindo, não é?”

Vó Cora falava pouco de si, muito contavam dela os quatro filhos, um homem, três mulheres. Em 1956, filhos criados, netos embalados, voltou à “origem ancestral”.

Tinha motivo – lutar pela posse da velha casa da ponte antes que, por usucapião, se transferisse para um sobrinho. Entre móveis antigos e sob o calor do velho fogão de lenha, Cora escreveu, escreveu, escreveu.

Sou neta de Cora, herdeira de seu nome de batismo, orgulhosa dessa descendência. Cresci escavando o porão da casa velha da ponte atrás do ouro do capitão-mor – que ela contava ter sido escondido por um escravo de confiança do inconfidente. Cheguei à adolescência ouvindo-a declamar, com cativante êxtase, poemas recém-terminados. Acreditei em histórias inventadas. Empanturrei-me de seus doces, apurados dias e dias em tachos de cobre, caprichosamente arrumados em caixas de papelão, dinheiro da venda depositado na poupança. Economias que permitiram a compra, em leilão, da velha casa. Cora deixou um mundo a desvendar. Sua herança, minha herança.

Retrato em Branco e Preto

Pesquisa inédita da CNTE revela:

Maioria dos professores que se aposentam por tempo de serviço volta às salas de aula, não por opção, mas necessidade

Mulher, casada, católica, com ensino superior e aposentada por tempo de serviço. Esse é o perfil dos brasileiros aposentados em Educação, revelado em dados preliminares de uma pesquisa encomendada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Foram entrevistados 6.577 profissionais em 21 estados do País e os números revelam que as mulheres são maioria também quando se trata de aposentados da Educação, 89,7%. No Piauí, em Alagoas e no Espírito Santo, nem se fala! As mulheres representam mais de 95% dos aposentados na área.

Segundo Gesa Correa, coordenadora da pesquisa na CNTE, “este estudo vai permitir que as entidades possam encaminhar os anseios dos aposentados na pauta de reivindicações”, destaca.

Os dados traçam um perfil jamais levantado do segmento e revelam que a maior parte dos aposentados tem idade entre 51 e 60 anos (46,5%), seguida da faixa etária entre 61 e 70 anos, que representam 39,3%. Sendo a maioria do universo entrevistado, 51,7% casado e com formação superior, 60,6%. Embora estados como o Pará revelem que o número de aposentados com Ensino Superior, 17%, perde para aqueles que possuem apenas o Ensino Fundamental 26,4%.

Na ativa

Aposentar-se, porém, não significa parar de trabalhar. Embora a maioria, 86,5% tenha se aposentado por tempo de serviço, 15% ainda exercem uma atividade formal remunerada.

É o caso de Marisa Brito, professora aposentada e psicóloga que saiu das salas de aula, mas atende como psicóloga em seu consultório, no Plano Piloto, de Brasília. Ela deu aula da alfabetização ao 9º ano (antiga 8ª série) do Ensino Fundamental. “Sempre tive a idéia de que não conseguiria parar de vez”, revela Marisa que sempre trabalhou na rede pública e foi



Marisa: consultório complementa a aposentadoria

por meio dela que se aposentou. Ela está dentro do perfil levantado pela pesquisa, que revelou que 77% dos aposentados da Educação recebem sua aposentadoria com base em um cargo público.

Continuar trabalhando, porém, mais do que uma opção é uma necessidade dos aposentados. Para Marisa foi, em grande parte, decorrente da necessidade de ficar em contato com o meio acadêmico. Mas, para 79,1% dos aposentados em Educação do País, os rendimentos da aposentadoria não são suficientes para atender às suas necessidades. Principalmente no Pará, onde 94,2% do universo pesquisado declararam que a aposentadoria é insuficiente para manter seu status de vida. Em contrapartida, 90% dos aposentados em Educação são responsáveis pelos próprios gastos com saúde, enquanto a pressão alta foi a doença mais citada pelos entrevistados na hora de apontar um problema de saúde.

A CNTE divulgará do resultado completo da pesquisa sobre os educadores aposentados ainda no primeiro semestre de 2008.

Reivindicando maior protagonismo



Juçara Dutra Vieira |

Vice-presidente da Internacional da Educação

A 52ª Sessão da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas, ocorrida dias atrás, em Nova York teve, como centralidade, a avaliação do cumprimento das metas da Conferência de Beijim, na China. Há mais de uma década do evento, a sociedade civil procura monitorar o impacto das políticas definidas internacionalmente na vida institucional e social de centenas de países. Nos últimos anos, o movimento social organizado, incluindo a Internacional da Educação, tem feito pressão para manter os patamares já alcançados e para evitar retrocessos na exigências internacionais.

Os temas, necessariamente recorrentes, referem-se ao combate às discriminações e à violência, à proteção da saúde, ao acesso à educação, ao direito sobre o corpo, à igualdade de remuneração, à cidadania política, entre outros. Por que, apesar de muitas lutas e de algumas conquistas importantes, é necessário estar sempre vigilantes para evitar recuos?

O período histórico que vivemos é marcado por impensáveis avanços científicos e tecnológicos. As lutas feministas encontraram reforço na descoberta de métodos contraceptivos mais eficientes. A tecnologia retirou muitas tarefas da condição de trabalho escravo. O desenvolvimento da comunicação física e virtual facilitou cam-

panhas de solidariedade, possibilitou a criação de redes, trouxe para o cenário mundial problemas antes circunscritos a áreas geográficas.

Esse mesmo tempo histórico, no entanto, é de paradoxais retrocessos. O neoliberalismo destruiu conquistas obtidas no mundo do trabalho e desconstituiu fundamentos organizativos dos

“As questões de gênero — as que efetivamente podem ser transformadoras — avançam com demasiada lentidão”

estados. A guerra e o terrorismo adquiriram escala planetária. A xenofobia passou a ser justificada por interesses econômicos. Políticas de exclusão, de desigualdade persistem e envolvem milhões de pessoas em todo o mundo.

Este ambiente político e social atinge a vida de homens e mulheres. Mas, evidentemente, é mais propício ao conservadorismo e às mudanças superficiais. Por isso, as questões de gênero — as que efetivamente podem ser transformadoras — avançam com dema-

siada lentidão. Podemos, desde a América Latina, influenciar nessa direção?

Estamos em um período de trégua com as ditaduras que, pretendemos, seja de superação. Elegemos vários governos do campo democrático e popular. Pusemos um freio, ainda que temporário, no projeto de ALCA. Estamos resistindo à mercantilização da educação. Instituímos, como é o caso do Brasil, espaços governamentais destinados a fomentar políticas públicas de promoção da igualdade. Como incidir nesta conjuntura?

Em primeiro lugar, precisamos transformar as práticas sociais em conquistas institucionais. Isto não significa mero “legalismo”, mas reconhecimento do estado às demandas da sociedade. Em segundo lugar, devemos disputar as agendas nacionais. Se a pauta é equilíbrio fiscal, devemos propor “equilíbrio social”. Em terceiro lugar, precisamos investir na mobilização. Mobilização de vontades mas, também, mobilização de saberes. Por isso, a reflexão deve ser coletiva e permanente.

Neste 8 de março, não hesitemos em comprometermos-nos com as mudanças, com as transformações, com o futuro. A tarefa histórica dos socialistas é a de construir — e reconstruir — a utopia de uma nova sociedade. Uma sociedade de homens e de mulheres. Uma sociedade de iguais.

A polêmica persiste

Considerado crime pela lei brasileira, o aborto é defendido por uma legião de pessoas que o entendem como um caso de saúde pública, por isso lutam por sua descriminação. Opiniões continuam divididas

O olhar atento da sociedade sobre a prática de aborto no Brasil transita entre o emocional e o radical. Se percorrermos as ruas de qualquer grande cidade brasileira, percebemos que o assunto é polêmico e divide opiniões. O tema, entretanto, segundo Lena Peres, do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (Dape), do Ministério da Saúde, deve ser tratado como um caso de saúde pública e de justiça social no Brasil. “O aborto é a quarta causa de mortalidade materna no Brasil”, aponta.

Os números do Ministério da Saúde e de organizações não-governamentais (ONGs) revelam que o aborto é amplamente praticado de norte a sul do País, por meio de ações inadequadas que podem causar danos à saúde da mulher e até a morte. De 1996 até 2006 morreram no Brasil 928 mulheres tendo como causa o aborto.

“São números que chegam até nós, mas sabe-se que os casos de aborto terminam sendo subnotificados e estima-se que a realidade deve representar pelo menos o dobro do que vem à tona” revela Lena. Os registros oficiais apontam para um número de aproximadamente 90 óbitos maternos anuais relacionados ao aborto. “Considerando que esse número represente metade da realidade, é como se derrubássemos todo ano



Debate: em que ponto começa a vida?

um *boeing* lotado de mulheres, que morrem por causa da prática ilegal do aborto”, compara Lena.

Se esse número significa mais um argumento às pessoas contrárias à legalização do aborto, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS), presidente da Frente Parlamentar da Saúde, do Congresso Nacional, rebate: “Nenhuma mulher faz um aborto porque quer”. Um grupo que defende a prática do aborto no Brasil atrai o apoio de parlamentares, representantes da sociedade civil e até do governo federal. Quanto ao governo, tem pago uma conta cara por isso: só em 2006, a prática do aborto ilegal custou R\$ 33.697.846,87

aos cofres públicos. A quantia foi utilizada para cobrir despesas de 230.523 internações motivadas por curetagens pós-aborto e por causa de complicações decorrentes de abortos espontâneos e inseguros.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no Brasil, 31% das gestações terminam em aborto. As curetagens são o segundo procedimento obstétrico mais praticado nas unidades de internação, superadas, apenas, pelos partos normais. O custo das 2.068 internações relativas aos abortos por razões médicas e legais em 2006 foi de R\$ 302.812,39. No Brasil, a prática do aborto é crime, sendo permitido pela lei penal

apenas em duas circunstâncias: no caso de violência sexual (estupro) ou riscos à vida da mulher (artigo 128, I e II, do Código Penal). A proposta de mudança da legislação sobre o aborto no Brasil está na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), da Câmara dos Deputados, por meio do Projeto de Lei (PL) nº 1.135/1991, onde está parado. “O texto do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-DF), como está, significa um retrocesso e não temos mais como modificá-lo”, avalia Darcísio Perondi.

Na avaliação do deputado, “A Comissão de Seguridade, em 2007, foi extremamente conservadora, e as dificuldades são enormes”, lamenta. A estratégia para 2008, segundo ele, será usar os mecanismos regimentais para conseguir postergar a votação até que haja clima favorável à derrubada do texto. Ele ressaltou que o governo precisa entrar nessa briga. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, encara a liberação do aborto como uma questão realmente de saúde pública.

Lena Peres destaca que há

uma forte pressão da bancada religiosa contra a legalização do aborto, mas argumenta que a questão extrapola as crenças e religiões. Ela esclarece que, em outros países, onde o aborto foi legalizado “Em nenhum momento houve crescimento do uso do método” e alerta: “O projeto de lei que está no Congresso vai além do retrocesso, pelo fato de retirar o estupro das situações em que a prática é permitida”. Em nota técnica, o Ministério da Saúde coloca que, em quase todos os países em que o aborto é permitido, a lei garante a prática com o objetivo de salvar a vida da mulher e, em muitos casos, para preservar sua saúde física e mental. Na França, estatísticas oficiais revelam que há menos de uma morte de mulher por ano em consequência da prática de aborto, o que significa 0,3 mortes por 100 mil abortos.

Os defensores da legalização do aborto alertam que a necessidade de um abortamento seguro, de acordo com a lei, inclui a realização por uma equipe de saúde, que conte com o apoio de políticas

públicas de esclarecimento, regulamentações e uma infra-estrutura apropriada dos sistemas de saúde, para que a mulher possa ter o rápido acesso a esses serviços.

As mulheres em situação de aborto incompleto ou com complicações, geralmente, sentem constrangimento e/ou medo de declarar o aborto nos serviços de saúde, resultando em grande subnotificação da situação. O constrangimento que a mulher passa, em situação de aborto, é outra determinante que, segundo o presidente da Frente Parlamentar da Saúde, precisa mudar. “É uma situação de extrema angústia e a mulher precisa ser amparada e acolhida. Em hipótese alguma ela pode ser considerada uma criminosa”, defende.

Lena Peres concorda com o parlamentar e acrescenta que existe preconceito em relação a essa mulher. “Por isso existe uma norma técnica do Ministério para atendimento à mulher vítima de discriminação em relação ao aborto, mas ainda falta avançarmos muito”, adverte.

A prática do aborto ilegal custou ao governo federal, em 2006,

R\$ 33.697.846,87 Dinheiro utilizado para cobrir as despesas de **230.523**

internações motivadas por curetagens pós-aborto

Os abortos por razões médicas e legais em 2006, somaram

2.068 internações que custaram **R\$ 302.812,39**

Mulheres na mira do vírus

Em pouco mais de 20 anos, o índice cresceu assustadoramente. De 1980 a 2007, surgiram 159 mil casos de mulheres contaminadas



Aids atinge o Brasil há pouco mais de duas décadas. No começo, era apontada como a doença dos *gays* e agora, apesar do esforço das campanhas do Ministério da Saúde em conter o seu avanço, a constatação é que a doença está afetando, também, as mulheres brasileiras. Segundo boletim divulgado pelo Ministério da Saúde foram notificados 13.249 casos de mulheres soropositivas só ano passado.

Em 1985, eram 15 homens com Aids para apenas uma mulher. Os dados epidemiológicos de 2007 mostram a razão de 1,5 nos homens para um caso em mulheres. “As mulheres estão se infectando muito mais que os homens”, constata o médico Carlos Alberto Sá Marques, da Sociedade Brasileira de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Segundo ele, há uma explicação de ordem anatômica para tal avanço da doença entre as mulheres: o canal vaginal oferece muito mais condições para que o HIV penetre no organismo, enquanto no pênis a área susceptível à penetração do vírus é bem menor que o canal vaginal.

Mesmo assim, ainda existe uma boa dose de desinformação e submissão das mulheres. A falta de preparo para exigir o uso da camisinha nas primeiras relações sexuais e até mesmo excesso de confiança nos parceiros têm feito a doença se expandir. “Eu vivia com o meu marido. Ele já tinha a doença e não me falou nada”, lamenta Jailda da Silva, 46 anos. Foi quando ele decidiu se mudar com a família para uma comunidade de apoio e ajuda a aidéticos. “Viemos parar aqui sem saber de nada. Ele me disse que era um lugar para tratamento de alcoolismo e só começamos a desconfiar quando meu filho, com 12 anos na época, me chamou a atenção. Disse que tinha muita gente falando de Aids aqui”, recorda-se.

Jailda se refere à Fraternidade Assistencial Lucas Evangelista (Fale), no Recanto das Emas, cidade a 25 km de Brasília. Um voluntário sugeriu que ela fizesse o exame e o resultado deu positivo. “Eu estava grávida de cinco meses. Mas, graças a Deus ainda deu tempo de

tomar os remédios para não passar a doença para minha filha”, alegre-se. O uso de medicamentos durante a gravidez diminui mais de 90% a chance de transmissão vertical, revelam os especialistas.

De acordo com Sá Marques, a transmissão vertical – passar a doença de uma gestante ao bebê – é uma grande preocupação em relação à Aids em mulheres. “É rotina no atendimento pré-natal a solicitação do teste para o HIV, na tentativa de detectar a infecção na gestante e iniciar o tratamento com antiretrovirais para impedir a transmissão vertical”, esclarece.

Causas da contaminação

O boletim epidemiológico divulgado pelo Unaid, programa desenvolvido pelas Nações Unidas para Aids, no Brasil, entre os anos de 1980 e 2007, revela que surgiram no Brasil 314 mil novos casos entre os homens e 159 mil casos entre as mulheres. Para a diretora do Programa Nacional de Aids, Mariângela Simão, “várias questões são apontadas quando se trata do aumento de casos entre as mulheres, inclusive nas mais velhas. Uma delas é o aumento da não-preocupação em se proteger”, disse.

O caso da Dona Jailda assemelha-se ao de Paulina dos Santos, 40 anos. Ela também foi contaminada pelo marido. Nascida no circo, ela trabalhava como bailarina e palhaço. “Meu marido levou a gente para morar numa casa de apoio. Foi aí que fiquei sabendo que ele tinha a doença. Mesmo assim, eu ainda cuidei dele até morrer”, conta.

Paula toma o coquetel, casou-

se de novo e tem uma filha desse segundo casamento, que não tem a doença. O marido dela também é soropositivo. “Hoje, eu trabalho, estou bem e feliz”, revela. Muito mais cuidadosa, hoje, Paula tem na ponta da língua o discurso para uma vida segura: “uso camisinha mesmo com o meu esposo. O fato de a gente ser soropositivo não quer dizer que a gente não tem de se cuidar até porque a gente termina se recontaminando”, diz.

Levantamentos

Hoje a Aids tem uma prevalência de 0,6% na população de 15 a 49 anos de idade e nos levantamentos realizados mais recentemente “verifica-se uma elevação do percentual de casos acima dos 50 anos de idade, em ambos os sexos”, alerta Carlos Sá Marques. De acordo com ele, o aumento da frequência nessa faixa etária deve-se à infecção transmitida pelas relações heterossexuais. “O parceiro tem sido o grande vetor do HIV por meio de relações extraconjugais”, afirma.

“A educação preventiva deveria fazer parte do aprendizado dentro e fora das escolas para todos os jovens e ser uma experiência de fortalecimento para homens e mulheres ao longo da vida”, esclareceu Koïchiro Matsuura, diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Unesco.

De acordo com Sá Marques, em termos de saúde pública, o que mais preocupa no Brasil é a desinformação, tanto para os homens como para as mulheres. “As campanhas educativas e a distribuição



Paula: volta à rotina apesar da doença

de preservativos masculinos e femininos deveriam focar a população em idade escolar”, enfatiza Matsuura.

A CNTE concorda, investe e entende que, apesar da prevenção à Aids fazer parte de uma política pública no Brasil, o engajamento da sociedade civil organizada é fundamental para reduzir o número de casos no país. Por isso, em 2007 deu início, a um programa Educação Para Todos - EPT-AIDS Brasil, desenvolvido em parceria com a Internacional da Educação (IE) e com o apoio do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. No dia 30 de novembro foi realizada uma Aula Nacional de Prevenção à DST-AIDS em escolas públicas do país. “Educar não significa apenas ensinar a ler e escrever. Representa também a promoção e prevenção à saúde”, explica Fátima Silva, Secretária de Relações Internacionais da CNTE.

O EPT-AIDS terá duração inicial de três anos e até 2010 pretende atuar ainda na formação de multiplicadores para trabalhar as questões relativas aos direitos dos portadores da doença e à homofobia.

Valorização dos educadores só virá com piso nacional

Colaboraram:

João dos Santos e Silva (RS) e Nataly Queiroz (PE)

Profissionais da educação, de norte a sul do Brasil, aguardam votação no Congresso Nacional e torcem para que logo seja mudada a realidade da classe



Manifestação em frente ao Palácio do Planalto pela aprovação do PSPN

O Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos trabalhadores na Educação está em discussão no Congresso Nacional desde 2007. Mais do que um aumento salarial, o piso representa para a categoria o reconhecimento e a valorização dos educadores brasileiros. O texto que tramita no Congresso Nacional, quando aprovado, virá para superar a realidade de um país que consegue

a proeza de ter mais de cinco mil pisos salariais diferentes em todo o seu território.

De norte a sul, a situação se altera a cada município dos estados brasileiros. A variação dos rendimentos do profissional em educação varia de fronteira, sotaque e costume. Mais do que regional é uma questão quantitativa. Um funcionário de uma escola de Manaus, por exemplo, que decide se

mudar para Pernambuco, vai enfrentar uma redução de 65% no seu salário.

Com quase um milhão de alunos matriculados na rede pública, o estado de Pernambuco apresenta os piores indicadores no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e paga os mais baixos salários do Brasil. Em início de carreira, um auxiliar de serviços administrativos recebe

salário-base de R\$ 184,93, um assistente administrativo, R\$ 241,08, e um professor com formação em magistério, R\$ 266,04. Se o docente tiver licenciatura plena, o salário-base vai para R\$ 364,06.

Se a decisão do profissional for mais radical e ele se aventurar a morar nas terras do Sul do País, a situação será um pouco melhor, mas não menos penosa. O profissional de educação, de modo geral, enfrenta dupla ou tripla jornada de trabalho para complementar sua renda.

Em Parobé, no Rio Grande do Sul, a professora de História e de Filosofia Ravyne Mikalauscas, 42 anos, 7 de magistério, mantém uma rotina comum entre os professores da rede pública gaúcha. De segunda a sexta-feira, acorda num dia e deita-se para descansar no outro. “Para estar na escola de Parobé, às 7h30, preciso acordar às 6h”. Ela faz um percurso de aproximadamente 12 quilômetros, desde o município de Taquara, onde reside, numa Brasília amarela, ano 1979. Ela está apenas começando um dia de trabalho que somente vai terminar no início do dia seguinte. Para garantir um vencimento mais digno, ao final do mês, ela também dá aulas numa escola técnica, no Centro de Taquara. Divide o turno entre aulas de Filosofia e o cargo de vice-diretora.

Em Porto Alegre, Heloísa Muliterno Domingues, 45 anos, 18 de magistério, vive rotina parecida. São 50 horas semanais de trabalho como professora de Ciências para alunos do Ensino Fundamental e de Biologia para estudantes

do Ensino Médio. “Minha rotina de trabalho começa às 6h30 e termina à meia-noite”, resigna-se.

Mãe de duas filhas, uma com 20 e outra com 19 anos, Heloísa dobra-se para ter um vencimento mensal de R\$ 2,1 mil. “Hoje, ganho isso porque tenho classe D, nível 6,

“o maior piso salarial é o do Acre e o menor é o de Pernambuco”

GT de R\$ 200 e dez horas de convocação. Sem essas vantagens, meu salário, mesmo com a extenuante jornada de trabalho, estaria na casa de R\$ 1,5 mil, piso nacional reivindicado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) para início de carreira. “Já vendi muito bolo para complementar minha renda e conseguir estudar e até mesmo para sobreviver, depois de formada”, relembra.

Condições inadequadas

A realidade de norte a sul é semelhante, ainda mais quando se trata das condições de trabalho oferecidas pelas escolas. Em Pernambuco, grande parte das 1.105 escolas não apresenta condições adequadas para o processo de ensino-aprendizagem: 80% não têm

acessibilidade para estudantes com deficiência, 60% não possuem laboratórios de informática e 275 unidades aguardam reformas até o final do ano (além das 72 que iniciaram em abril de 2007).

No Sul, na cidade de Parobé, que fica numa região de alto índice de desemprego, convive com a migração e a evasão escolar. Situações do dia-a-dia que terminam por desestimular o profissional e até interferem na sua saúde.

Na mesma região, fica Taquara, cidade com 53,4 mil habitantes, onde mora a professora Ravyne. Ela recebe R\$ 670 por mês, por 26 horas de trabalho numa escola estadual. Renda que considera triênios e avanços. Mesmo com a jornada de 30 horas semanais, seu vencimento estaria abaixo do piso nacional de R\$ 950, proposto pelo governo federal. Na escola municipal em que trabalha, ela recebe R\$ 1,1 mil por uma jornada de 20 horas. Somando as duas fontes de renda, seu vencimento alcança R\$ 1,770 mensais.

Solteira, Ravyne mora com a mãe, numa casa alugada que consome R\$ 450 mensais da sua renda. Para complementar o salário, ela abriu, há três anos, uma locadora de vídeos em parceria com o namorado. O pequeno comércio garante-lhe ao mês uma retirada em torno de R\$ 250. Mas a rotina de Ravyne já foi mais pesada. “Há três anos, eu dava aulas em três escolas, de redes diferentes, totalizando uma carga horária superior a 60 horas semanais”, disse. Isso provocava mudanças repentinas na sua rotina de trabalho e de vida. Almo-



Ravynne: poucas horas de lazer

çar fora num domingo é um luxo que ela tem dificuldade de lembrar quando foi a última vez.

A dupla e, muitas vezes, tripla jornada de trabalho é uma das causas de adoecimento e enfraquecimento do professor. Uma pesquisa realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco revelou que dos 429 professores e administrativos ouvidos, 56% já haviam se afastado do trabalho por motivos de saúde. Mais de 83%, afirmaram que o ambiente de trabalho influi diretamente no seu estado de saúde, sendo 57% de forma negativa. Esses trabalhadores apontaram os

principais problemas sendo: baixos salários, estresse, violência, perseguições, salas de aula superlotadas, poeira, indisciplina dos estudantes, pó de giz e má iluminação.

É o caso do professor pernambucano André Joaquim. Após anos na sala de aula, ele teve de se afastar do trabalho por apresentar quadro de depressão. “Sinto-me, hoje, um fracassado por tanto esforço para obter poucos resultados. A realidade da escola é muito cruel e os alunos acabam aprendendo pouco. Por outro lado, o salário é baixo e as contas em casa acumulam. Passo pouco tempo com meu

filho e não pode ser de outro jeito: preciso trabalhar em várias escolas”, lamenta o educador.

Jornada integral com horatividade, mais segurança, condições de trabalho para evitar as doenças profissionais e maior participação nas decisões da escola, como eleições para diretor, conselhos escolares e grêmios estudantis. Estas são algumas das necessidades dos profissionais em educação e que estão em discussão no texto que trata do Piso Salarial Nacional, no Congresso Nacional.

Devido à excessiva e desgastante jornada, o tempo dos profissionais em educação torna-

se curto. Na maioria das vezes, a preparação do conteúdo a ser desenvolvido no turno posterior, ou mesmo no dia seguinte, acontece na própria sala de aula. O professor aproveita o tempo enquanto a turma resolve questões apresentadas para fazer a preparação.

Se o tempo para preparar aulas é mínimo, para leituras complementares, ele praticamente inexistente. Ravyne conta que dedica 15 minutos diários, invariavelmente, no início da madrugada, para ler. Atualmente, ela dedica esse tempo para a leitura de *O Perfume*, de Patrick Süskind, e *O Banquete*, de Platão. Mas a maior parte das leituras dos professores é composta de li-

ros didáticos complementares, tomados emprestados das bibliotecas das escolas. Se o tempo para leituras é escasso, não diferente é o tempo para alimentação.

Tanto para Heloísa quanto para Ravyne almoçar durante os intervalos de trabalho é um luxo que raras vezes se dão. Ravyne ilustra a situação: “Às vezes, levo almoço feito em casa ou faço um lanche na escola, quando nenhum dos dois é possível, como macarrão instantâneo”. “A alimentação do professor é muito ruim. Geralmente, quem fica na escola vive de lanches. Eu me sinto uma privilegiada, pois tem gente que trabalha em até três escolas

diferentes e alimenta-se em questão de minutos”, conclui Heloísa.

Mesmo assim, educar é uma escolha de vida e normalmente o professor – apesar das condições adversas de salários, infra-estrutura física e de saúde – busca alegrias no seu dia-a-dia e no fim de uma jornada de trabalho, quando a pergunta é: o que faz uma professora chegar à meia-noite e dizer: hoje eu ganhei o dia? As respostas surpreendem. “Acho que sempre ganho o dia”, explica Ravyne. “Cada resposta certa dada por um aluno renova minhas baterias”, complementa Heloísa.



Foto: Divulgação

Para professores, educar é uma escolha de vida

No canto do Brasil

Fotos: Leopoldo Silva

Os quilombolas mantêm a tradição de seus antepassados e cuidam dos recursos naturais, responsáveis por sua sobrevivência



Os quilombolas ainda mantêm o estilo de vida do início do Século XX

A ingenuidade marca a pureza de um povo que até hoje vive em muitas comunidades como se o senhor de engenho ainda estivesse a espreitar seu esconderijo. Os quilombolas são assim: um povo que não pertence somente ao nosso passado escravista, mas são a história viva de quem ajudou a construir o País conseguiu manter suas tradições e culturas muitas vezes tão puras quanto a sua forma de ver o mundo.

Não se trata de comunida-

des isoladas, no tempo e no espaço, sem qualquer participação em nossa estrutura social. Ao contrário, existem, hoje, mais de duas mil comunidades quilombolas espalhadas pelo território brasileiro e elas mantêm-se vivas e atuantes, lutando pelo direito de propriedade de suas terras, consagrado pela Constituição Federal desde 1988.

No Brasil, existem comunidades quilombolas vivendo em pelo menos 24 estados: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

O programa do Governo Federal, *Brasil Quilombola*, trata da importância da identidade étnica dos povos quilombolas e garante que a identidade de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política.

Atualmente, a legislação bra-

sileira adota o conceito de comunidade quilombola, estabelecido na legislação federal em novembro de 2003, por meio do Decreto nº 4.887.

Numa visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Platô da Serra da Barriga, juntamente com alguns ministros e autoridades locais, foi lançada a Política Nacional de Igualdade Racial. Hoje, o Governo Federal pretende, com o *Programa Brasil Quilombola*, implementar políticas de estado para as áreas remanescentes de Quilombos.

Visão profunda

A forma de viver e relacionar-se dos quilombolas com o mundo é própria deles. “A visão deles com o meio ambiente é muito profunda”,

revela Mário Lúcio Machado Melo, superintendente Regional do Incra, no Rio de Janeiro. “Eles cultuam a água, os elementos da natureza e fazem a ligação de tudo com as pessoas, mostrando a relação forte que têm com o meio ambiente”, diz.

A antropóloga Camila Dutervil, ao falar da comunidade de São Francisco do Paraguaçu, no município de Cachoeira, na Bahia, diz que a comunidade depende diretamente dos recursos naturais para a sua sobrevivência. “Vivem da pesca, do manguê e do extrativismo da piaçava e, se não cuidarem do mato, do manguê e da maré, sua sobrevivência estará ameaçada”.

Até abril de 2006, apenas duas comunidades do Rio de Janeiro

já tinham suas terras tituladas: Campinho da Independência e Santana. Outras 20 comunidades têm processos em curso no Incra e nas instâncias estaduais. O Instituto assumiu, em 2005, a responsabilidade de identificação das comunidades, o que ainda está em curso. Antes, a função havia sido designada à Fundação Palmares. Mário Lúcio esclarece que o trabalho é minucioso e relata que “sempre houve forte reação das pessoas onde os quilombolas estavam, por se tratar, muitas vezes, de terras privadas”, diz.

O superintendente do Incra lamenta: “Infelizmente, a lei não vem com manual”. A regularização das terras dos quilombolas segue uma linha semelhante ao que acontece



Criança quilombola: trabalho em comunidade

com as terras indígenas no País. A posse definitiva da terra é feita de forma coletiva e indivisível e não pode ser vendida. “É uma forma de proteger a comunidade da especulação imobiliária”, justifica. Há forte pressão de grileiros sobre as terras dos quilombolas. No Rio de Janeiro, em Búzios, mais especificamente, “há casos de grileiros que agridem as famílias e as expulsam da terra”, conta.

Hierarquia

Os quilombolas são um tipo de comunidade diferente de tudo o que se vive hoje no Brasil do século XXI. Ingênuos, são pessoas que de certa forma ficaram à margem do desenvolvimento, das políticas públicas e do progresso. “São inocentes”, descreve Mário Lúcio. Essas comunidades de negros, espalhadas pelo País, desenvolveram uma forma de relacionamento que foge ao padrão capitalista, são quase tribos que respeitam a hierarquia dos mais velhos e dos mais sábios. “Para entrar numa comunidade, temos de ir até o ‘preto velho’ para conseguir autorização”, explica.

Na área rural de Alagoas, o Quilombo da comunidade de Santa Luzia do Norte destaca-se pela longevidade de seus moradores. Luzia Rosa dos Santos, ou Luzia do Livino, 64 anos, conta que sua mãe, Maria Rosa, considerada a mulher mais velha de Santa Luzia – morreu aos 104 anos. Seu pai, Manuel Livino, morreu com 118 anos. Ela diz que os médicos de hoje em dia não sabem de nada. “Dão remédio e a doença volta”. Segundo ela, antigamente a gripe era curada com hortelã batida

e alho e boa alimentação.

No nordeste de Goiás, numa área de mais de 230 mil hectares, vivem os Kalunga, a maior comunidade e mais isolada de remanescentes de quilombos do Brasil. Aproximadamente cinco mil kalungas vivem espalhados numa área equivalente à da cidade de São Paulo. Seus habitantes têm um modo de vida dividido entre o cultivo da terra e a manutenção das tradições.

A antropóloga Mari Baiocchi foi a primeira a fazer um levanta-

mento da vida da comunidade, inclusive alertando para o direito à posse da terra. Ela chegou aos kalungas em 1982. Na perspectiva do mundo moderno, os kalungas assemelham-se a uma comunidade parada no tempo, um exemplo de atraso e necessidade de progresso. No entanto, é justamente esse suposto atraso a prova concreta do preço pago pelos descendentes daqueles que buscaram no isolamento o único meio de conquistar a própria liberdade.



Os quilombolas produzem seus próprios utensílios

PALMARES – O MAIS FAMOSO DOS QUILOMBOS

O Quilombo dos Palmares foi o maior símbolo da resistência do africano à escravidão. Localizava-se na serra da barriga, região onde fica a divisa dos estados de Alagoas e Pernambuco. O número de habitantes no Quilombo de Palmares, segundo historiadores, chegou a 20 mil pessoas, dentre elas escravos fugitivos, índios e brancos marginalizados.

Como o quilombo era uma ameaça aos fazendeiros da região, pois a sua existência estimulava a fuga de escravos, os fazendeiros organizaram milícias para atacar o Palmares. Com o intuito de diminuir os ataques ao quilombo, Ganga Zumba aceitou um acordo de paz com os brancos em 1678. Isto enfureceu os palmarinos e Ganga morreu envenenado.

Seu sucessor foi seu sobrinho que assumiu o título de Zumbi (uma derivação de Deus) e liderou uma guerra contra os invasores.

Em 1694, a milícia organizada pelo bandeirante Domingos Jorge Velho ocupou a Cerca Real do Macaco, capital de Palmares. Nos meses seguintes, todas as outras aldeias palmarinas caíram.

Sobrevivência que vem do lixo

Reportagem e Fotos:
Ana Paula Domingues

A experiência da líder da Associação dos Catadores do Aterro Jardim Gramacho, no Rio, Glória dos Santos, foi levada à África e à Nicarágua, onde a realidade é parecida com a do Brasil



Glória viaja o mundo divulgando sua experiência no lixão

Ela tem 32 anos e saiu de sua cidade natal, Recife (PE), para o Rio de Janeiro, junto com a família de oito filhos, quando tinha cinco anos de idade. Uma breve trajetória de vida muito comum como a de muitos brasileiros que saem do Nordeste para tentar a sorte nas regiões Sul e Sudeste. Mas a história da pernambucana Glória dos Santos vai além do êxodo rural.

A nordestina passou grande parte de sua vida sendo catadora de lixo e hoje é uma das líderes da Associação dos Catadores do Aterro Jardim Gramacho, organização que representa mais de três mil pessoas que vivem do lixão de Gramacho, em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. O aterro sanitário recebe, diariamente, 85% do lixo

urbano produzido na cidade do Rio de Janeiro, o equivalente a oito mil toneladas.

No início de 2007, Glória Cristina dos Santos foi uma das cinco brasileiras que discursaram na sétima edição do Fórum Social Mundial, em Nairobi, capital queniana, na África. O tema: a organização de movimentos sociais no Brasil. E em janeiro de 2008, foi até a Nicarágua participar de um seminário que reuniu mulheres das três Américas, líderes em projetos sociais.

“A viagem para a África surgiu de uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) de levar cinco pessoas ligadas a movimentos sociais para a apresentação do projeto Núcleos de Integração, que reúne al-

gumas iniciativas assistencialistas do estado. A ida para a Nicarágua aconteceu porque estava fazendo um curso de gestão integrada em tratamento de recursos quando conheci uma das integrantes da Organização Não-Governamental (ONG) inglesa Mulheres em Parceria pela Paz e Desenvolvimento (WLP), que me convidou para participar do seminário”, conta Glória.

A ida ao Fórum Social foi paga com dinheiro arrecadado pelos funcionários do Ibase. “Sou negra e vi que era uma chance de crescimento pessoal conhecer outro país. Antes de ir pra lá, via a África como uma ‘pátria-mãe’, em que todos os brasileiros retornariam para lá algum dia na vida. Sabe quando você faz parte de um país, como o Brasil, e sente que não pertence a ele? Era assim que eu me sentia e vi a ida para a África como uma boa oportunidade pra saber mais sobre essa pátria”, afirma a pernambucana.

Realidades parecidas

Das experiências que teve no continente, a catadora destaca o passeio que fez à maior favela do país, Quibera. Segundo ela, a realidade de lá não é muito diferente da existente aqui no País. Ela diz que se sentiu como numa favela do Rio e, apesar de a miséria ser maior, os problemas, em tese, são os mesmos: fome e descaso do poder público.

Na Nicarágua, a catadora diz que ficou entusiasmada ao ver que, assim como ela, diversas mulheres do continente estão engajadas em projetos sociais. A pernambucana também visitou um aterro sanitário do país e contou sua história e da associação para os catadores de lá, mas diz que não ficou muito feliz com o que viu.

“Achei que estava no lixão de Gramacho 15 anos atrás. Eles ainda moram dentro da área do lixão, quase que com os lixos nas beiras de suas casas. Comprometi-me a mandar um material para que eles tentassem implantar uma associação parecida com a nossa. Isso vai facilitar o trabalho deles, assim como facilitou o nosso”.

Desativação do lixão

Agora, os trabalhos do lixão de Gramacho estão voltados para o que Glória define como o maior problema do bairro e que ninguém vê solução à curto prazo: a desativação do lixão. “É fazer com que as famílias que vivem dele comecem a buscar alternativas de renda para que quando for realmente desativado, não sofram tanto. A capacidade de comportamento de lixo já está ultrapassada e seu fechamento não vai demorar muito tempo”, esclarece a militante.

No entanto, já pensando em uma futura desativação, que está prevista, foi criado em abril de 2005, por meio de uma associação com os moradores, o Fórum Comunitário, projeto do Ibase que apóia comunidades carentes do Rio.

“De início, pensamos em soluções para desenvolver o bairro. Por meio do fórum, percebemos que a associação tem um poder político de negociação muito grande dentro da comunidade para lutar por questões dos catadores. Começamos a conhecer outras instituições, como escolas, igrejas, associação de moradores e até um clube de futebol, que trabalham no bairro e que passaram a nos ver com outros olhos, já que tinham um preconceito em relação aos catadores”, comemora Glória.

Após quase três anos de funcionamento, o fórum conseguiu alguns resultados positivos para a comunidade, como o início de obras de saneamento e urbanização nas áreas mais pobres do bairro, onde mora a maioria dos catadores, a inauguração de um centro de promoção da saúde e dois postos de saúde.

Diante da desativação do lixão Glória pensa mais na frente: “É fazer com que as famílias que vivem dele comecem a buscar alternativas de renda para que quando ele for realmente desativado essas pessoas não sofram tanto e não tenham muitas perdas. A capacidade de comportamento de lixo dele já está ultrapassada e seu fechamento não vai demorar muito tempo”, prevê a militante.

Graças a essa trajetória de lutas e busca de igualdade em um país tão desigual é que Glória dos Santos é reconhecida, não só na comunidade de Jardim Gramacho, como no mundo. É uma mulher cheia de sonhos. Na lista de projetos para 2008, todos estão relacionados com a associação dos catadores de lixo.

“É a minha história, faz parte da minha vida, eu sou catadora, filha de catadora e acho que agora é o momento propício para conseguir coisas para a comunidade. Falo isso de coração, porque graças ao meu trabalho, a minha vida e a vida das pessoas melhoraram e estão melhorando”, emociona-se Glória dos Santos.



O trabalho de Glória é reconhecido pelo Poder Público

Lugar de mulher também é na política

Odisséia Pinto de Carvalho | Secretária de Relações de Gênero da CNTE, gestão 2005/2008



Ano de eleição!!! Chegou o momento de colocar em prática ações afirmativas para aumentar a participação das mulheres na vida política.

No Brasil, a presença feminina nos diferentes espaços da sociedade é, com certeza, uma conquista recente. Ao longo da história, participamos dos movimentos por melhores condições de vida, trabalho, moradia, pelo fim dos regimes antidemocráticos e pela reforma agrária. Lutamos pelo direito à educação de qualidade, pelas creches, pelo trabalho remunerado das mulheres e pelo voto.

Não podemos deixar de ressaltar a importância de Bertha Maria Júlia Lutz que, ao lado de outras pioneiras, empenhou-se na luta pelo voto feminino, conquistado em 1932. É conhecida como a maior liderança feminista na luta pelos direitos políticos das mulheres e a ela devemos a aprovação da legislação que deu direito às mulheres brasileiras de votar e serem votadas. Bertha, no ano de 1934, candidatou-se, mas obteve apenas uma suplência e só assumiu o mandato em 1936. Lutou pela mudança da legislação trabalhista referente à mulher e ao menor, propôs igualdade salarial, licença à maternidade e redução da jornada de trabalho.

Apesar de a participação das

mulheres ter crescido no âmbito da sociedade civil organizada, nos movimentos sociais, nas igrejas, nos sindicatos, no mercado de trabalho e no nível de escolaridade, superior ao masculino, ainda são pouco significativos os avanços a que se refere a vida política.

Sem dúvida, a participação das mulheres na política contribui para a construção da demo-

“O Brasil situa-se em um dos últimos lugares na América Latina, com apenas 8,96% de mulheres no parlamento”

cracia de um país. Somos maioria da população, representamos 51%, e temos capacidade de formular e implementar políticas públicas que garantam a promoção da igualdade de gênero na sociedade brasileira; todavia, nossa presença nos cargos eletivos é totalmente desproporcional. Comparado com o restante do mundo, o Brasil situa-se em um dos últimos lugares na América Latina, com apenas 8,96% de mulheres no parlamento, enquanto a média mundial é de

17,2%, chegando a alcançar mais de 40,8% nos países desenvolvidos.

É preciso reverter esse cenário. O empoderamento das mulheres faz-se necessário, pois reflete de forma positiva na conquista dos espaços de poder e decisão, alterando, assim, as condições de desigualdade que existem entre homens e mulheres em nossa sociedade e contribuindo com a concepção feminina para construção de um mundo melhor. Temos de garantir a cota de 30% de participação das mulheres nas candidaturas dos partidos políticos e nas direções partidárias, no financiamento dos recursos do fundo partidário, bem como 30% do tempo de propaganda na TV e no rádio.

Nós mulheres: negras, brancas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, assentadas, do campo, lésbicas, com deficiências, jovens e idosas, contribuimos para produção da riqueza de nosso país, também somos responsáveis pelas transformações sociais, acumulamos vários empregos, além das tarefas domésticas. Cuidamos de nossos filhos e filhas, pregamos a cultura da paz e do desenvolvimento humano. Somos mulheres que não têm medo do poder, por isso reafirmamos...

LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA !!!

A luta continua

O ano de 2007 foi de lutas, conquistas e algumas perdas. O movimento sindical e a defesa pelos direitos da mulher sofreram duas grandes baixas com a partida de Maria Ednalva Bezerra de Lima e de Heloneida Stuart. Uma paraibana, a outra cearense e ambas atuantes na batalha pela igualdade da mulher em diversas esferas. À frente do seu tempo, serão lembradas e continuarão vivas em cada conquista de espaço, por meio de políticas que permitam que a mulher tenha voz na sociedade.

Maria Ednalva Bezerra de Lima deu exemplo de garra e coragem ao enfrentar desafios durante sua trajetória na Comissão e atual Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT. Mulher visionária, sempre atuou de maneira ímpar nas lutas feministas. Nascida em Campina Grande, na Paraíba, em 15 de maio de 1959, graduou-se como professora e participava da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (Ampep). Em 1984, participou da organização de uma greve de 100 dias, no seu estado, por melhores salários e condições nas escolas públicas. A partir de então, sua militância intensificou-se.

Heloneida Studart, cearense, nascida na capital do estado, foi escritora, ensaísta, teatróloga, jornalista e mãe. Atuante e defensora dos direitos das mulheres, envolveu-se com as lutas populares e foi eleita presidente do Sindicato das Entidades Culturais (Senambra), em 1966. Ferrenha opositora à ditadura militar, foi destituída do cargo e presa em março de 1969. E foi do cárcere, no presídio São Judas Tadeu, que nasceram a inspiração e os roteiros de seus futuros traba-



Ednalva, uma grande perda para a militância feminista

lhos 'Quero meu filho' e 'Não roubarás'. Trabalhos que viriam a ser exibidos pela TV Globo.

Maria Ednalva integrou o Conselho Diretor (1984/1990) e coordenou a Comissão Estadual de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores do Estado da Paraíba (1998/1994), além de trabalhar como membro integrante da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (1989/1997).

A cada passo dado por ela, a militância tomava cada vez mais espaço na vida da professora que, de 1994 a 1997, ocupou o cargo de secretária de Políticas

Sociais da CUT/PB, sendo, depois, por três anos, suplente da Direção Executiva Nacional da CUT. Paralelamente, coordenava o Núcleo Temático de Gênero, responsável por desenvolver subsídios e reflexões teóricas e metodológicas sobre capacitação em gênero para a política nacional de formação da CUT. Coordenou a área de saúde da Cunhã entre 1996 e 1998. Foi imbatível lutadora pela implantação do Programa de Aborto Legal da Paraíba, atuando em ações de advocacy e sensibilização de gestores, profissionais de saúde e da opinião pública em geral. Integrou, ainda, a primeira versão do

Comitê Estadual de Prevenção e Estudos de Mortes Maternas.

Outro período de grandes serviços prestados por ela teve início em 1997, quando Ednalva coordenou a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, cargo em que ficou por cinco anos.

Ednalva atuou também de forma relevante e incansável na esfera internacional como integrante e coordenadora da Comissão de Mulheres da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul – CM-CCSCS – onde estão reunidas as Entidades de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile.

Na política, Heloneida foi eleita deputada estadual pela primeira vez em 1978, com 60 mil votos, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Na luta pelos direitos da mulher, atuou na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) por quatro mandatos. Ainda pelo PMDB, reelegeu-se em 1982, e chegou a ser vice-líder da bancada de 1979 a 1988, ano em que deixou o Partido, e participou da fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). No ano seguinte, saiu do PSDB e entrou no Partido dos Trabalhadores (PT).

A vida de Heloneida sempre esteve pautada pela luta e pela disposição em defender as minorias e as mulheres. Árdua defensora dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, Heloneida foi a primeira deputada a apresentar pro-

jeto de lei durante a elaboração da constituição estadual para que a homofobia figurasse nos artigos dos direitos fundamentais do cidadão entre os diversos tipos de discriminação a ser combatida. A proposta, lamentavelmente, não chegou a ser aprovada.

Heloneida foi uma das fundadoras da Frente Parlamentar pela Livre Orientação Sexual da Alerj. Batalhou junto com o movimento GLBT para garantir a aprovação da lei que pune estabelecimentos que discriminam pessoas devido à sua orientação sexual e a lei que dá o benefício de pensão a companheiros do mesmo sexo de funcionários públicos estaduais.

Premiada como uma das mulheres que mais lutaram pela justiça social no Brasil, Heloneida foi uma das indicadas em 2005 ao Prêmio Nobel da Paz. Fundadora do movimento feminista no Brasil, foi responsável pela criação de leis que beneficiaram as mulheres, como a Lei nº 2.648 que garantiu o

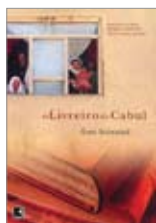
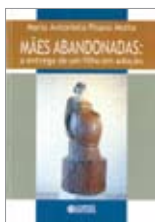
exame de DNA para mães de baixa renda. Durante a Constituinte, Heloneida participou do chamado “Lobby do batom”, para a inclusão dos direitos trabalhistas para a mulher, incluindo os 120 dias de licença-maternidade.

Ednalva, com seu mandato de secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT/CUT) até 2009, não conseguiu finalizar a missão porque no dia 10 de setembro do ano passado morreu, vítima de meningite, aos 48 anos de idade. Heloneida Studart faleceu no dia 3 de dezembro de 2007, vítima de parada cardíaca. Ela havia se submetido a uma cirurgia no coração havia seis dias.

Mesmo sem suas presenças na luta pelos direitos das mulheres trabalhadoras, as biografias dessas duas grandes ativistas permanecerão na memória dos movimentos sindicais e na continuidade da luta, que se tornou cada vez mais um compromisso de todas e todos que com elas conviveram.



Heloneida: sempre em defesa das minorias e das mulheres



Sugestões de Livros

- » Chiquinha Gonzaga: Uma história de vida. Diniz, Edinha. RJ.Record: Rosa dos Tempos,1999.
- » Dialética do amor paterno. Gadotti, Moacir. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo, Cortez, 2003.
- » Em defesa da vida: aborto e direitos humanos. Cavalcante, Alcilene e Xavier Dulce (org.), SP. Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.
- » Exercício da paternidade. Organização Paulo Silveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- » Falcão: mulheres e o tráfico. MV Bill, Celso Athayde, - Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- » Gênero em movimento: novos olhares, muitos lugares. Organização Cristiani Bereta da Silva, Gláucia de Oliveira Assis. Rosana C. Kamita – Florianópolis: Ed. Mulheres. 2007.
- » Leituras em rede: gênero e preconceito. Organização Cristina Scheibe Wolf, Marlene de Fáveri, Tânia Regina de Oliveira Ramos – Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.
- » Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção. Maria Antonieta Pisano Motta. São Paulo: Cortez, 2001.
- » Mulher, a quem pertence teu corpo?: uma reflexão sobre a sexualidade feminina. Studart, Heloneida. Petrópolis, RJ, Vozes,1990.
- » O livreiro de Cabul. Asne Seierstad; tradução Gret Skevik. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- » Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. Cora Coralina. Global editora.
- » Política e Cotidiano: estudo antropológico sobre o gênero, família e sexualidade. Grossi, Miriam Pillar e Schwabe, Elisete. Blumenal, Nova Letra, 2006.
- » Selo das Despedidas. Studart, Heloneida. RJ, Ao Livro Técnico, 2000.
- » Um mundo novo em gestação. Rose Marie Muraro. Campinas: Verus, 2003.
- » Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

Sugestões de Sites

www.agende.org.br
www.catolicasonline.org.br
www.ceert.org.br
www.cfmea.org.br
www.cnte.org.br
www.cut.org.br
www.geledes.org.br
www.lbl.org.br

www.mulheresnegras.org.br
www.patriciagalvao.org.br
www.planalto.gov.br/spmulheres/cndm
www.redemulher.org.br
www.redesaude.org.br
www.sof.org.br/marchamulheres
www.soscorpo.org.br
www.unifem.org.br

Sugestões de Atividades

- Realizar um debate na escola sobre o tema Orientação Sexual, convidando especialistas e representantes de entidades que lutam contra a homofobia e a discriminação.
- Realizar nas escolas palestras com profissionais da saúde e comunidade escolar sobre a importância da prevenção contra DST/AIDS, com produção e distribuição de material informativo.
- A partir do texto "AIDS mulheres na mira do vírus" promover uma discussão com alunos e alunas sobre os motivos que levam as mulheres das várias classes sociais e idades a se infectarem pelo vírus da AIDS e suas consequências.
- Convidar uma aposentada para que ela relate sua experiência de vida na educação e as dificuldades enfrentadas na sociedade ao sair da profissão.
- Orientar os alunos e as alunas a pesquisarem sobre mulheres que realizaram aborto identificando os motivos e o índice de morte.
- Estimular a realização do teatro na escola, abordando o tema BULLYNG e promover uma campanha contra a discriminação.
- Solicitar aos alunos e alunas que pesquisem no seu município as comunidades Quilombolas e suas condições de vida.
- Fazer uma pesquisa em seu Município e Estado, quantas mulheres estão em cargos eletivos e quais os motivos que levam as mulheres à não serem candidatas.
- Escrever cartas a estudantes de outras cidades/estados, perguntando sobre os costumes ou sobre a incidência de violência contra a mulher.
- Verificar na própria escola quantas profissionais – professoras e funcionárias – são chefes de família.

CALENDÁRIO



Essas são as datas e dias de luta das mulheres pró-igualdade de direitos

- 24** **FEVEREIRO**
Dia da conquista do voto feminino no Brasil.
- 8** **MARÇO**
Dia Internacional da Mulher.
- 21** Dia Internacional pelo Fim da Discriminação Racial.
- 8** **ABRIL**
Dia Mundial da Saúde.
- 27** Dia das Trabalhadoras Domésticas.
- 1** **MAIO**
Dia do Trabalho.
- 13** Dia de Denúncia contra o Racismo.
- 18** Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e adolescentes.
- 28** Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher.
- 5** **JUNHO**
Dia Mundial do Meio Ambiente
- 24** Fundado o *Jornal Movimento Feminino*, 1947
- 28** Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico
- 25** **JULHO**
Dia da Mulher Afro-latino-americana e Afro-caribenha
- 9** **AGOSTO**
Sob a liderança de Berta Lutz é fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, 1922
- 12** Dia Nacional de Luta contra a Impunidade (assassinato de Margarida Alves)
- 29** Dia da Visibilidade Lésbica no Brasil
- 6** **SETEMBRO**
Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher
- 7** Dia dos Direitos Cívicos das Mulheres
- 28** Dia Latino-americano de Discriminação do Aborto
- 10** **OUTUBRO**
Dia Nacional de Luta contra a Violência à Mulher
- 15** Dia do(a) Professor(a)
- 28** Dia do(a) servidor(a) público(a)
- 20** **NOVEMBRO**
Dia Nacional da Consciência Negra
- 25** Dia Internacional da Não-violência contra a Mulher
- 1** **DEZEMBRO**
Dia Mundial de Luta contra a AIDS
- 10** Dia Mundial dos Direitos Humanos

Expediente

DIREÇÃO EXECUTIVA DA CNTE
Gestão 2008/2011

PRESIDENTE
Roberto Franklin de Leão (SP)

Vice-Presidente
Milton Canuto de Almeida (AL)

Secretário Geral
Denilson Bento da Costa (DF)

Secretária de Finanças
Jucara Maria Dutra Vieira (RS)

Secretária de Relações Internacionais
Fátima Aparecida da Silva (MS)

Secretário de Assuntos Educacionais
Helene Araújo Filho (PE)

Secretário de Formação
Gilmar Soares Ferreira (MT)

Secretária de Assuntos Municipais
Marta Vanelli (SC)

Secretária de Organização
Maria Inez Camargos (MG)

Secretária de Políticas Sociais
Rosana Sousa do Nascimento (AC)

Secretária de Imprensa e Divulgação
Antônia Joana da Silva (MS)

Secretária de Assuntos Jurídicos e Legislativos
Rejane Silva de Oliveira (RS)

Secretária de Relações de Gênero
Raquel Felau Guisoni (SP)

Secretário de Política Sindical
Rui Oliveira (BA)

Secretário de Saúde
Alex Santos Saratt (RS)

Secretária de Direitos Humanos
Marco Antonio Soares (SP)

Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários
Maria Madalena A. Alcântara (ES)

SECRETÁRIOS (AS) ADJUNTOS (AS)

Secretário Adjunto de Assuntos Educacionais
Joel de Almeida Santos (SE)

Secretária Adjunta de Assuntos Educacionais
Maria Antonieta da Trindade (PE)

Secretário Adjunto de Política Sindical
José Carlos Bueno do Prado - Zezinho (SP)

Secretário Adjunto de Política Sindical
José Valdivino de Moraes (PR)

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DA CNTE

Odair José Neves Santos (MA)
Mario Sergio F. De Souza (PR)
Miguel Salustiano de Lima (RN)
Guilhermina Luzia da Rocha (RJ)
Ana Iris Arrais Rolim (RO)

MULHER DA VIDA

Mulher da Vida,
Minha irmã.

De todos os tempos.
De todos os povos.
De todas as latitudes.
Ela vem do fundo imemorial das idades
e carrega a carga pesada
dos máis torpes sinônimos,
apelidos e apodos:
Mulher da zona,
Mulher da rua,
Mulher perdida,
Mulher à-toa.

Mulher da Vida,
Minha irmã.

Pisadas, espezinhadas, ameaçadas.
Desprotegidas e exploradas.
Ignoradas da Lei, da Justiça e do Direito.

Necessárias fisiologicamente.
Indestrutíveis.
Sobreviventes.
Possuídas e infamadas sempre
por aqueles que um dia
as lançaram na vida.
Marcadas. Contaminadas.
Escorchadas. Discriminadas.

Nenhum direito lhes assiste.
Nenhum estatuto ou norma as protege.
Sobrevivem como a erva cativa
dos caminhos,
pisadas, maltratadas e renascidas.

Flor sombria, sementeira espinhal
gerada nos viveiros da miséria,
da pobreza e do abandono,
enraizada em todos os quadrantes
da Terra.

Um dia, numa cidade longínqua, essa
mulher corria perseguida pelos homens
que tinham maculado. Aflita, ouvindo
o tropel dos perseguidores e o sibilo
das pedras,
ela encontrou-se com a Justiça.

A Justiça estendeu sua destra poderosa
e lançou o repto milenar:
“Aquele que estiver sem pecado
atire a primeira pedra”.

As pedras caíram
e os cobradores deram as costas.

O Justo falou então a palavra
de eqüidade:
“Ninguém te condenou, mulher... nem
eu te condeno”.

A Justiça pesou a falta pelo peso
do sacrifício e este excedeu àquela.
Vilipendiada, esmagada.
Possuída e enxovalhada,
ela é a muralha que há milênios
detém as urgências brutais do homem
para que na sociedade
possam coexistir a inocência,
a castidade e a virtude.

Na fragilidade de sua carne maculada
esbarra a exigência impiedosa do macho.

Sem cobertura de leis
e sem proteção legal,
ela atravessa a vida ultrajada
e imprescindível, pisoteada, explorada,
nem a sociedade a dispensa
nem lhe reconhece direitos
nem lhe dá proteção.
E quem já alcançou o ideal dessa mulher,
que um homem a tome pela mão,
e levante, e diga: minha companheira.

Mulher da Vida,
Minha irmã.

No fim dos tempos.
No dia da Grande Justiça
do Grande Juiz.
Serás remida e lavada
de toda condenação.

E o juiz da Grande Justiça
a vestirá de branco
em novo batismo de purificação.
Limpará as máculas de sua vida
humilhada e sacrificada
para que a Família Humana
possa subsistir sempre,
estrutura sólida e indestrutível
da sociedade,
de todos os povos,
de todos os tempos.

Mulher da Vida,
Minha irmã.

Declarou-lhes Jesus: “Em verdade vos digo que
publicanos e meretrizes vos precedem no
Reino de Deus”.
Evangelho de São Mateus 21, versículo 31.

CORA CORALINA



Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br



Filiada à
CUT
BRASIL

